

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POLÍTICA E BENS CULTURAIS-  
PPHPBC  
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

**CERÂMICA MARAJOARA: CAMINHO PARA COMPREENDER A PRÉ-HISTÓRIA DA  
AMAZÔNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós Graduação em História Política e Bens Culturais (PPHPBC) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil- CPDOC para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

LILIAN BAYMA DE AMORIM

Rio de Janeiro, dezembro de 2005  
**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POLÍTICA E BENS CULTURAIS-  
PPHPBC  
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

APRESENTADO POR

LILIAN BAYMA DE AMORIM

**CERÂMICA MARAJOARA: CAMINHO PARA COMPREENDER A PRÉ-HISTÓRIA DA  
AMAZÔNIA**

CÉLIA MARIA LEITE COSTA

---

ASSINATURA DO ORIENTADOR

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POLÍTICA E BENS CULTURAIS-  
PPHPBC  
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

CERÂMICA MARAJOARA: CAMINHO PARA COMPREENDER A PRÉ-HISTÓRIA DA  
AMAZÔNIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADO POR

LILIAN BAYMA DE AMORIM

E  
APROVADO EM:  
PELA BANCA EXAMINADORA

---

CÉLIA MARIA LEITE COSTA- Orientadora  
Doutora em História Social

---

JIMENA FELIPPE BELTRÃO Co-Orientadora  
Doutora em Ciências Sociais

---

LÚCIA LIPPI Doutora em Sociologia

---

MÁRIO CHAGAS Doutor em Ciências Sociais

## RESUMO

---

Em “**Cerâmica Marajoara: caminho para compreender a Pré-história da Amazônia**”, evidencio através de elementos da Coleção Marajoara sob a guarda do Museu Paraense Emílio Goeldi, localizado na cidade de Belém, no Estado do Pará, a importância da divulgação científica como mediadora do conhecimento gerado pelos institutos de pesquisa e a sociedade. Demonstro como o acesso ao saber científico pode despertar e incentivar o reconhecimento da produção material de povos que não conheciam a escrita como parte de um processo de comunicação de suas regras sociais. Promovo ainda o interesse na preservação do patrimônio em estudo como parte constituinte da memória para entendimento da sociedade atual. O trabalho traz ainda o catálogo: **Cerâmica Marajoara: a comunicação do silêncio** que enfatiza a necessidade de divulgar os objetos contidos em coleções com o propósito de partilhar o conhecimento científico com a sociedade.

Palavras-chave: divulgação científica; comunicação; patrimônio; cultura material; arqueologia.

## ABSTRACT

---

“Marajoara Ceramics: a path to understanding Pré-History in Amazonia” underlines the importance of disseminating science produced in research institutions. It does so through the study of the archaeological Marajoara Collection under the responsibility of the Goeldi Museum.

I attempt to demonstrate how scientific knowledge raises awareness and promotes recognition of the material culture of peoples already extinct, who even though did not know writing as we do, established a code of communication and social rules yet to be fully understood.

The work aims at stimulating interest on the preservation of cultural heritage as means to realize how it may or may not had impact on society at present.

Finally, I produced a catalogue “**Marajoara Ceramics: the communication of silence**” which stresses the need to show items of the collection under study as means to share scientific knowledge with the whole of society.

Key words: scientific dissemination; social communication; cultural heritage; archaeology;

## AGRADECIMENTOS

---

A realização desse trabalho só foi possível graças ao apoio e contribuições de várias pessoas e instituições. Assim, meus sinceros agradecimentos:

Ao Museu Paraense Emílio Goeldi que concedeu a minha liberação para que eu pudesse aprimorar meus conhecimentos participando do Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

À Profa. Dra. Célia Maria Leite Costa, minha orientadora, à Profa. Dra. Jimena Felipe Beltrão, minha co-orientadora, pelos ensinamentos e paciência durante o processo de realização dessa dissertação.

À Profa. Dra. Denise Pahl Schaan pela leitura atenta dos capítulos sobre arqueologia dessa dissertação e pelas indicações bibliográficas.

Aos professores do mestrado, responsáveis pela trilha de conhecimentos que me fez chegar até aqui, especialmente aos professores Ângela Gomes, Dulce Pandolfi, Lúcia Lippi, Mônica Kornis, Celso Castro e Fernando Lattman.

Ao meu companheiro Alexandre Garcia pelo carinho e força a mim dispensados e contribuições ao trabalho, principalmente, pelo tratamento das imagens do catálogo.

Aos colegas de mestrado que tornaram-se meus amigos, principalmente à Carina Martins, Sheila Sá, Goretti Moreira, Helena Giolito e Ana Forte as quais dividi idéias, angústias, alegrias e tristezas.

Aos amigos: Ana Lucena e Aloysio Graça pela acolhida inicial no Rio de Janeiro; à Helena e Mário Quadros que viabilizaram as fotografias; ao Renaldo

Nicássio, às amigas e companheiras de trabalho do Museu Goeldi, Ana Rosa e Joice Santos . À Érika de Santana, pelo trabalho de formatação desta dissertação.

Aos colegas da área de Arqueologia do Museu Goeldi, Edithe Pereira, Regina Farias, Raimundo Cardoso e Raul Ivan, que me facilitaram o acesso à Reserva Técnica e ao Banco de Dados para a seleção de peças da Coleção Marajoara que fazem parte do meu catálogo.

Aos colegas da Biblioteca “Domingos Soares Ferreira Penna” do Museu Goeldi, pela presteza e atenção. Agradecimento especial às colegas Fátima Teles e Ana Maria Oliveira, pela normalização bibliográfica.

Os meus maiores agradecimentos à minha mãe Mariinha; ao meu pai Flávio, que do Céu torce pelo meu sucesso; à minha irmã Heloisa Helena, por todo incentivo, compreensão e apoio financeiro, fundamentais para a realização e conclusão deste curso. A eles o meu eterno e melhor agradecimento.

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1 AÇÃO TRANSFORMADORA DA CIÊNCIA</b>	<b>14</b>
1.1 CIÊNCIA PARA A SOCIEDADE	14
1.2 POR QUE DIVULGAR CIÊNCIA?	19
1.3 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL	22
1.4 A CIÊNCIA NA AMAZÔNIA	26
1.5 CIÊNCIA, MUSEU E SOCIEDADE	29
<b>2 A PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO BRASIL E NO MUNDO</b>	<b>34</b>
2.1 ARQUEOLOGIA: A CIÊNCIA DA RECONSTRUÇÃO	34
2.2 OS CAMINHOS DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL	37
2.3 A IMPORTÂNCIA DA REGIÃO AMAZÔNICA PARA A ARQUEOLOGIA	44
2.4 CONTRIBUIÇÕES DO MUSEU GOELDI PARA A ARQUEOLOGIA	47
<b>3 CULTURA MARAJOARA: UMA APROXIMAÇÃO COM O OBJETO</b>	<b>58</b>
3.1 ARTE MARAJOARA COMO EXPRESSÃO VISUAL	58
3.2 A CULTURA MATERIAL COMO PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE	60
3.2.1 A INFLUÊNCIA DA CERÂMICA MARAJOARA NA IDENTIDADE DO PARAENSE	64
<b>4 O MUSEU QUE NÃO SE VÊ</b>	<b>68</b>
4.1 COLECIONISMO	68
4.2 A COLEÇÃO MARAJOARA	70
4.3 OS TESOUROS PRESERVADOS	72
<b>5 CERÂMICA MARAJOARA: A COMUNICAÇÃO DO SILÊNCIO</b>	<b>74</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>78</b>

## LISTA DE SIGLAS

---

ABC	Associação Brasileira de Ciência
ACS	Assessoria de Comunicação Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
C&T	Ciência e Tecnologia
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
ICOM	Comitê Internacional de Museus
IPHAN	Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAPABA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEBRAE	Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa
UFPA	Universidade Federal do Pará

“Bens e valores que poderão ser mobilizados, por meio dos museus, em favor da consolidação do sentimento de pertencer a uma história, a linguagens, a referências e significações reconhecíveis, valorizando os diversos mundos históricos em sua diferença. Bens e valores poderão ser mobilizados em favor da aceitação das linguagens e valores do outro, aprendendo e modificando-se com a troca cultural”.

Magaly Cabral



## INTRODUÇÃO

---

Esta dissertação materializa um desejo construído ao longo de minha atuação de 20 anos como jornalista do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Iniciar profissionalmente numa instituição científica de renome internacional e entrar em contato com o “mundo” da ciência foi primordial para a minha formação como profissional e também como ser humano.

Desvendar os bastidores da produção do conhecimento científico com o objetivo de partilhar com a sociedade não só o resultado da pesquisa, mas também as etapas que levaram a tal resultado fazem parte do meu cotidiano no MPEG.

O volume de conhecimento produzido, o acervo constituído a partir do trabalho de campo dos pesquisadores e a convivência com as dificuldades para a divulgação das pesquisas me instigaram a ir além dos afazeres do dia-a-dia. Queria produzir material que estimulasse o interesse pela divulgação da ciência e ao mesmo tempo facilitasse aos profissionais de jornalismo a cobertura de assuntos relacionados à ciência.

Para tanto, elaborei um catálogo seletivo comentado<sup>1</sup> da coleção de cerâmica Marajoara, que está sob a guarda do MPEG. O catálogo se propõe um veículo facilitador para profissionais da área de comunicação, principalmente jornalistas, interessados em divulgação científica. A publicação tem o objetivo de revelar, por meio de grafismos e da pintura do povo marajoara, um sistema de comunicação em que tais

---

<sup>1</sup> Instrumento de acesso com fotos e textos sobre um determinado acervo.

informações são elementos das regras de convívio social dos primeiros habitantes da Amazônia Brasileira.

Dentre as várias áreas de pesquisa do MPEG, optei por elaborar o produto com base nas investigações arqueológicas realizadas na Amazônia. Minha escolha está relacionada à vontade de intensificar a divulgação do farto acervo arqueológico formado por 110.800 itens já registrados (GUAPINDAIA, 2003), composto de coleções denominadas de: Marajoara, proveniente da Ilha de Marajó no Pará; Tapajônica, material cerâmico obtido por meio de pesquisa na cidade de Santarém, Pará; assim como as coleções Townsend, Cunani e Maracá, vindas do Amapá, entre outras.

Durante a primeira etapa da pesquisa de campo realizada no Museu Goeldi, selecionei as coleções Marajoara e Tapajônica como objetos específicos para compor o catálogo. A escolha dessas coleções se justificava pela sua elaboração estética, por serem as mais solicitadas para exposições nacionais e internacionais e, conseqüentemente, as mais conhecidas do público.

Diante de sugestões de especialistas em arqueologia e da possibilidade de oferecer um produto com conteúdo mais aprofundado em determinado tema, decidi fazer o catálogo direcionado à Coleção Marajoara. A opção pela Coleção Marajoara deu-se pela sua importância para o conhecimento da Pré-História da Amazônia e devido à presença constante da iconografia marajoara no cotidiano da cidade de Belém como elemento identitário da região.

Também não posso deixar de reconhecer o fascínio estético do grafismo e do desenho marajoara como variável nessa escolha. O contato com este universo material pode ser definido pelo fato de que “[...] artefatos são testemunhos do passado e, como tal,

eles são portadores de uma história que antecede aqueles que o resgatam do contínuo da história” (SANTOS, 2003, p.111).

Para alcançar os objetivos, tive de enfrentar o desafio de aprofundar meus conhecimentos em arqueologia me dedicando a fazer revisão bibliográfica sobre o assunto.

Minha dissertação consta de cinco capítulos, além do catálogo intitulado **“Cerâmica Marajoara: a comunicação do silêncio”**.

Apresento no primeiro capítulo, conceitos unificadores do tema, contextualizo a divulgação da ciência em âmbito mundial, destacando a importância de um museu de ciência na Amazônia para suprir a carência de instituições de nível superior nesta região.

Já no segundo capítulo, trato especificamente de arqueologia, com a finalidade de fornecer um panorama sobre as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no Brasil e as contribuições do MPEG para essa ciência.

A etapa seguinte, concretizada no terceiro capítulo, diz respeito à discussão da cultura Marajoara como meio de comunicação entre os povos que não conheciam a escrita e como fonte de conhecimento para a sociedade contemporânea.

A Reserva Técnica “Mário Ferreira Simões” do Museu Paraense Emílio Goeldi também é apresentada como lugar de guarda e conservação desses tesouros, objetivo inicial quando da criação dos museus.

No quarto capítulo, apresento as peças que compõem o elemento visual do catálogo intitulado **“Cerâmica Marajoara: a comunicação do silêncio”**, fruto dessa produção intelectual elaborada durante o curso de *Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais*. O catálogo é composto por 53 fotos de objetos da coleção

Marajoara selecionadas a partir de 106 peças fotografadas, acompanhadas de textos e legendas. A seleção das peças foi feita após acesso ao Banco de Dados da Reserva Técnica “Mário Ferreira Simões” e durante visita à própria Reserva. O critério para a seleção da amostra foi baseado na diversidade das formas dos objetos e nas técnicas decorativas.

Por fim, no quinto e último capítulo, apresento minhas considerações finais.

Encaro as dificuldades encontradas durante o processo de execução desse projeto como desafio e chego ao final dizendo que “tudo valeu a pena”. O conhecimento adquirido nesse período aguçou a percepção para ver os acontecimentos de forma reflexiva.

É importante ressaltar que o produto apresentado irá atender a uma demanda dos profissionais da área de jornalismo, que, freqüentemente, procuram a instituição em busca de informações científicas produzidas pelo Museu Goeldi.

Os estudos da arte de sociedades iletradas demonstram que os grafismos e as representações foram utilizados como instrumento de comunicação para consolidar a organização social de uma determinada sociedade (SCHAAN, 1997). Desse modo, pretendo demonstrar, por meio da riqueza e da complexidade das informações agregadas aos objetos à, importância de divulgar os resultados de pesquisas arqueológicas como instrumentos para preservação do patrimônio, na construção de memória, identidade e cidadania.

## CAPÍTULO 1

### 1 A AÇÃO TRANSFORMADORA DA CIÊNCIA

---

Neste capítulo, faço uma abordagem sobre a importância da comunicação da ciência para os diversos segmentos sociais com a finalidade de partilhar o conhecimento produzido por instituições científicas. A democratização das informações científicas proporciona um melhor entendimento acerca dos acontecimentos do dia-a-dia e pode funcionar como um agente transformador da sociedade.

#### 1.1 CIÊNCIA PARA A SOCIEDADE

A comunicação da ciência para os diferentes espaços sociais tem sido uma preocupação constante das casas e museus de ciência, que dessa forma romperam com a tradição isolacionista do cientista e do conhecimento gerado nos contextos em que ambos são produzidos. Isso oferece possibilidades de compreensão e apropriação social do conhecimento e de seus benefícios, contribuindo para a formação de cidadãos engajados com a sua realidade e comprometidos com o futuro da humanidade.

A complexidade do conhecimento científico e a quantidade de informação por ele gerada sugerem que a apropriação desses saberes não deve ficar restrita a uma pequena parcela da sociedade. Desse modo, a comunicação nos espaços de produção de conhecimento propicia sua transformação em locais alternativos de educação, tornando-o, efetivamente, um bem público. Entendo que educação e pesquisa se

complementam, não podem estar dissociadas e não devem ser consideradas privilégios de grupos, e, sim, meios para a construção de uma sociedade cidadã.

Em 1987, foi realizada pelo Instituto Gallup de Opinião Pública<sup>2</sup> juntamente com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) uma pesquisa intitulada “O que o brasileiro pensa da ciência e da tecnologia?”, encomendada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), indicando que cerca de 70% da população urbana brasileira têm interesse em ciência e tecnologia (C&T). A audiência demonstrada pela sociedade brasileira às áreas de C&T, há quase duas décadas, revela a necessidade de se intensificar a divulgação da ciência para a população, o que já era defendido por Dubos (1972) quando afirma que quase tudo o que acontece na sociedade é influenciado pela ciência.

As novas tecnologias, que surgem em decorrência do conhecimento científico, causam impactos sociais, econômicos, ecológicos e, na maioria das vezes, não são compreendidas por grande parte da população. Cabe aos produtores de conhecimento, individuais e, sobretudo, institucionais, como atores sociais, fazer circular o conhecimento na sociedade, possibilitar o entendimento dos processos e métodos empregados pela ciência para chegar à determinada descoberta. Dessa forma, a socialização do conhecimento científico permitirá ao público leigo a integração do conhecimento científico à sua cultura.

---

<sup>2</sup> Segundo informação verbal fornecida por Ildeu de Castro Moreira no Congresso Internacional de Centros de Ciência, no Rio de Janeiro, em abril de 2005, o Ministério da Ciência e Tecnologia, juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outros grupos, estaria articulando uma nova pesquisa intitulada “Uma proposta de pesquisa nacional de percepção pública da ciência” para o ano de 2005.

Nas palavras de Zamboni (2001, p. 40),

Caberia, então, à divulgação, a tarefa maior de exercer a partilha social do saber, levando ao homem comum o conhecimento do qual ele historicamente foi apartado e do qual foi-se mantendo cada vez mais distanciado, à medida que as ciências se desenvolviam e mais se especializavam.

Essa preocupação tem sido uma constante no MPEG que, desde sua fundação em 1866, concentra suas atividades no estudo científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia. O Museu tem incluído em suas diretrizes a divulgação de seus conhecimentos e acervos, tornando-se um construtor e disseminador de conhecimento, contribuindo para diminuir a distância entre o conhecimento científico e a sociedade.

Os museus utilizam várias formas de comunicação para fazer a interação entre o conhecimento produzido e o público, entre elas a exibição e uso dos objetos que fazem parte de seu acervo. Transformar os objetos dos acervos científicos em instrumentos reveladores de conhecimento é uma forma de valorizar o patrimônio de uma determinada cultura e de preservar sua memória. Conforme o museólogo Chagas (2001, p.15),

Às instituições de memória, de modo particular aos museus, é freqüentemente atribuída a função de casas de guarda de tesouro. Mas, se o tesouro foi perdido o que elas guardam? E se guardam de fato um tesouro, que tesouro é esse? Nos museus normalmente encontram-se os testemunhos materiais de determinados períodos históricos. No entanto, a esses testemunhos materiais (alguns com valor de mercado) associam-se valores simbólicos e espirituais de diferentes matizes. Assim, o tesouro guardado nos museus não está necessariamente relacionado a valores monetários.

Os valores atribuídos aos tesouros de um museu, às suas coleções de objetos materiais advindos de diferentes culturas e do ambiente natural estão diretamente

relacionados aos saberes construídos por meio da análise e pesquisa desses objetos. Esse conhecimento muitas vezes provoca mudanças não só na concepção de mundo dos indivíduos que interagem com os objetos, mas também na sua vida cotidiana. Os museus, portanto, guardam tesouros de inestimáveis valores, como o conhecimento e a capacidade de reformular e confrontar pensamentos a partir de uma nova informação.

Para cumprir o papel de guardião e disseminador do patrimônio cultural, científico e histórico, o Museu Goeldi deve estar a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, promovendo ações de comunicação para democratizar o acesso aos bens culturais sob a sua guarda. As diretrizes do Museu estão em consonância com o principal objetivo da proposta da *Política Nacional de Museus*, apresentada pelo Ministério da Cultura (2003):

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país (BRASIL, 2003, p. 8).

Além desse objetivo principal, o documento apresenta sete eixos programáticos<sup>3</sup> que deverão ser implementados em quatro anos. A democratização e acesso aos bens culturais, um dos eixos programáticos apresentados, inclui o apoio a uma maior inserção do patrimônio musealizado na sociedade e a criação de programas de comunicação, como a divulgação científica.

---

<sup>3</sup> Os eixos programáticos são: Gestão e configuração do campo museológico; Democratização e acesso aos bens culturais; Formação e capacitação de recursos humanos; Informatização de museus; Modernização de infra-estruturas museológicas; Financiamento e fomento para museus e Aquisição e gerenciamento de acervos culturais.

Essas considerações reforçam o papel do Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição sede de minha pesquisa, como espaço de educação e comunicação para a socialização da ciência. A finalidade do Museu é informar educando. Ele tem o objetivo de criar mentalidade de respeito ao passado, de fazer compreender o que fizeram os antepassados e de suscitar o compromisso com o desenvolvimento da humanidade. Segundo Trigueiros (1958, p.61), “o museu é complemento da escola, é o lugar aonde os professores levam os seus alunos, para ilustrar objetivamente o que lhes foi explicado em aula. O museu é escola viva, exercendo papel preponderante na educação do povo.” Este trabalho, como já foi dito, consistiu na elaboração de um catálogo seletivo comentado da coleção arqueológica Marajoara, que está sob a guarda do MPEG, como instrumento facilitador para profissionais da área de comunicação, principalmente jornalistas, interessados em divulgação científica por considerar que, assim como a divulgação científica, os artefatos pré-históricos são veículos de comunicação reveladores de conhecimento e como tais têm crucial importância para o entendimento da sociedade atual e ancestral.

Com a tradição do Museu em pesquisar arqueologia, ao longo dos anos se formou um acervo com 110.800 itens (GUAPINDAIA, 2003) entre peças inteiras e fragmentos representativos da Região Amazônica com amostragem de material cerâmico, lítico, esqueletos humanos, conchas e outros.

O catálogo fornecerá informações mais detalhadas a um público que sempre está em busca de conteúdo científico, com o objetivo de repassar as informações à sociedade.

## 1.2 POR QUE DIVULGAR CIÊNCIA?

A ciência é vista pelos não cientistas como fonte de novas descobertas para a sociedade. O mundo da ciência, envolto em mistério, é repleto de palavras e símbolos que não fazem parte do universo de grande parte dos cidadãos. Pensar estratégias que despertem o sentimento de curiosidade para a descoberta da ciência com o propósito de torná-la parte do cotidiano das pessoas leigas é uma tarefa complexa, porque depende da disponibilidade dos produtores de conhecimento em revelar as novas descobertas e também do interesse da mídia em divulgá-las. Essa ação conjunta possibilita o entendimento de que a ciência é responsável pela melhoria da qualidade de vida, com a descoberta de novos medicamentos e de tratamento mais eficazes, alimentos melhores, entre outros benefícios.

Para atender à necessidade de cidadãos ávidos por informações que possam esclarecer as descobertas científicas e tecnológicas e como elas afetam, para melhor ou para pior, o seu dia-a-dia, é necessário que a divulgação da ciência não se restrinja ao jornalismo científico, mas se utilize também de exposições, livros, palestras, material didático, enfim, de vários instrumentos que tenham como objetivo tornar o conhecimento acessível aos vários segmentos sociais.

Jornalista do Museu Paraense Emílio Goeldi, atuando há 20 anos na Assessoria de Comunicação Social (ACS), área responsável pela relação do MPEG com a mídia, minha atividade principal consiste em divulgar para a imprensa, a produção científica da instituição. Esse trabalho permite um diálogo com o produtor do conhecimento, no caso o pesquisador, e com o jornalista responsável pela entrevista e redação da matéria.

O cientista e o jornalista elaboram os dados de pesquisas de forma diferenciada. O cientista produz trabalhos, de anos de investigação, direcionados a seus pares seguindo normas e padronização universais caracterizadas por uma linguagem árida. Ao jornalista, cabe transformar os dados científicos em linguagem clara, objetiva e atraente, já que a informação se destina ao grande público. A falta de sintonia, em alguns momentos, entre pesquisador e jornalista é compreensível pelo fato de terem práticas profissionais diferentes e tal diversidade é saudável. O profissional de imprensa é levado por exigências rotineiras, tais como o imediatismo, novidade e relevância, conforme os parâmetros jornalísticos; a informação tem que ser transformada em notícia o quanto antes. O cientista se preocupa com a forma da notícia para que não haja distorções que possam prejudicar o resultado de anos de pesquisa. Este deve levar em consideração que o jornalista é elemento importante no diálogo com o leigo.

É senso comum que os meios de comunicação de massa são formadores de opinião pública e, na maioria das vezes, apresentam os cientistas como seres estranhos à vida cotidiana. Os estereótipos são comuns e, em geral, o cientista é representado pelo distanciamento entre o conhecimento científico e a sociedade.

Acredito que a desmistificação da ciência e do cientista se dará a partir da socialização do conhecimento, que é fator de promoção do desenvolvimento social e econômico, além de incentivar a construção de um senso estético e ajudar na formação de uma sociedade crítica com conhecimento necessário para atuar em benefício de todos.

Os jornalistas, na condição de profissionais multiplicadores de conhecimento, devem levar à população a informação científica com uma linguagem clara e direta, tornando-a parte de seu cotidiano. Já para o público, deve ficar claro que o

conhecimento científico é dinâmico e depende da evolução do saber e do avanço da tecnologia.

O Museu Paraense Emílio Goeldi, desde sua criação, tem como uma de suas diretrizes a comunicação dos resultados de suas pesquisas para o público e, para agilizar a inserção da ciência na sociedade, promove ações que possam facilitar o repasse do conhecimento produzido para a sociedade por meio de atividades educativas.

Apesar de todos os esforços empreendidos em nível local e nacional para facilitar o diálogo entre cientista e jornalista, e dessa forma possibilitar a socialização da ciência, por meio de cursos de pós-graduação em divulgação científica, *sites* especializados no assunto, congressos de centros de ciência, entre outros, ainda existem alguns obstáculos a serem vencidos: a falta de prioridade para alocação de recursos para o desenvolvimento de ciência e tecnologia e sua divulgação.

Ciência e Tecnologia (C&T) são imprescindíveis ao desenvolvimento de um país. O incremento do acesso da população às informações de C&T permitirá a formação de uma cultura científica, que facilitará ao público o exercício da cidadania.

Levando-se em consideração que o desenvolvimento das pesquisas é realizado com recursos públicos, faz-se necessária a divulgação da ciência como uma prestação de contas daquilo em que a sociedade investiu. Tanto a população quanto o cientista são beneficiados: um, com o retorno em forma de conhecimento; o outro, com o aporte financeiro para a realização de mais pesquisas e reconhecimento profissional.

A divulgação da ciência também deve ser entendida como uma necessidade da sociedade em elucidar os fatos do dia-a-dia. A própria sociedade busca

espontaneamente o conhecimento científico a partir de um fato real e não só quando estimulada ou induzida pela fonte produtora: as instituições de pesquisa.

Segundo um dos resultados da pesquisa. “O que o brasileiro pensa da ciência e tecnologia?” (MAST; GALLUP, 1987, p.7), “a percepção das pessoas referente aos efeitos da ciência e tecnologia sobre a humanidade, em geral, é bem superior à sua percepção no que diz respeito aos assuntos pessoais e domésticos”. Esse entendimento leva a inferir que a ciência não é vista pela sociedade brasileira como inerente ao seu cotidiano. Portanto, o incremento à divulgação científica se faz necessário para que essa percepção seja mais apurada.

### 1.3 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL

Historicamente, a ciência ganha impulso no país a partir do século XIX, quando a Corte Portuguesa se transfere para o Brasil, proporcionando nova feição à vida cultural, política e econômica do país, por meio de iniciativas como a criação da Imprensa Régia, em 1810, que possibilitará a circulação de publicações sobre educação científica e o aparecimento das primeiras instituições de ensino superior direcionadas à ciência: a Academia Real Militar, também em 1810, e o Museu Nacional em 1818 (MOREIRA; MASSARANI, 2002). A partir de então, iniciam-se as atividades de divulgação científica no Brasil, por meio de conferências, palestras e exposições. Essas atividades, entretanto, eram dirigidas para um público seletivo, devido à incipiente estrutura educacional existente na época, o que, por sua vez, limitava o interesse e o acesso à ciência por parte da sociedade.

O interesse pelos benefícios da ciência, contudo, intensificouse na segunda metade do século XIX, com as extraordinárias mudanças no processo de industrialização ocasionadas pela segunda Revolução Industrial da Europa. Nesse sentido, as grandes exposições internacionais<sup>4</sup> foram instrumentos significativos para resumir o que o século XIX entendeu como modernidade, principalmente para demonstrar que o progresso teria como base os avanços da ciência e da tecnologia.

No rastro da euforia da Europa, diversas atividades de divulgação científica entre as quais a publicação de livros e periódicos e o aparecimento de sociedades que congregavam intelectuais relacionados à ciência foram realizadas.

É importante ressaltar que, nesse período, a comunidade científica no Brasil era formada por um número restrito de pessoas, principalmente estrangeiros residentes no país ou brasileiros que tiveram oportunidade de estudar no exterior. Afora isso, não existia massa crítica para avaliar a importância do investimento, por parte da Nação, em ciência e tecnologia, o que tornava a atividade precária (SCHWARTZMAN, 2001).

Na seqüência dessas atividades que se realizavam em sua maioria na cidade do Rio de Janeiro, capital do país, o então diretor do Museu Paraense, Emílio Goeldi, em Belém do Pará, na Amazônia, demonstra interesse pela divulgação da ciência ao enfatizar, no Novo Regulamento da instituição (1894), que o Museu se propunha “ao

---

<sup>4</sup> A primeira exposição internacional foi realizada em Londres, em 1851, ocasião em que foi construído o Palácio de Cristal. Entre as demais cidades onde foram realizadas as exposições internacionais destacam-se as cidades de Paris, Nova York, Filadélfia e Chicago.

estudo, ao desenvolvimento e à *vulgarização*<sup>5</sup> (grifo nosso) da História Natural e Ethnologia do Estado do Pará e da Amazônia em particular, e do Brazil, da América do Sul e do Continente americano em geral” (GOELDI, 1894, p. 22). Para realizar as atividades de *vulgarização* do conhecimento científico produzido pela primeira instituição de pesquisa científica da Amazônia, Goeldi, em 1896, criou a Sociedade Zeladora do Museu Paraense, com a finalidade de promover conferências para a sociedade sobre temas relacionados à Amazônia.

Na verdade, a preocupação em manter a população informada sobre os estudos e atividades científicas é anterior à fundação do Museu Paraense Emílio Goeldi. A divulgação nos jornais de Belém, sobre visitas de pesquisadores estrangeiros acerca de resultados de pesquisas científicas, vem desde a fundação da Sociedade Filomática em 1866, entidade que deu origem ao atual Museu Paraense e da qual Domingos Soares Ferreira Penna foi o mentor (BERTHO, 1994). O empenho de Ferreira Penna e Goeldi em fazer circular o conhecimento científico na sociedade demonstra a preocupação em tornar acessível ao cidadão comum às explicações científicas dos fatos do cotidiano. A divulgação científica foi a forma encontrada por eles de oferecer ao cidadão conhecimento para fazer a distinção entre ciência e pseudociência, despertando o espírito crítico a partir dos paradigmas da época. Afinal, a busca pela compreensão dos fenômenos naturais não é prerrogativa da sociedade atual, remonta aos primórdios da humanidade.

---

<sup>5</sup> Grifo nosso: alguns teóricos de comunicação da ciência consideram o termo “vulgarização” pejorativo, por sugerir que os indivíduos da sociedade são desprovidos de conhecimento e, portanto, necessitam de uma linguagem vulgar para a compreensão da ciência.

No contexto da instituição, o tema dessa dissertação passará a se constituir campo de estudo a partir da formação da área de Arqueologia, na década de 1960, coordenada por Mário Ferreira Simões.

No século XX, a atividade científica no Brasil é marcada pela luta em prol da institucionalização da pesquisa científica no país. Nesse cenário, são criadas entidades como a Academia Brasileira de Ciência (ABC) em 1916 e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 1948, que muito contribuiriam para o fortalecimento e a valorização da ciência no país.

A ampla divulgação nos meios de comunicação com o aparecimento de revistas, programas de televisão e a criação de cursos especializados em jornalismo científico e de organismos governamentais e não-governamentais para tratar de assuntos relacionados à ciência e à tecnologia seja na formação de políticas de C&T, seja no desenvolvimento de pesquisas científicas foi intensificada nos anos de 1980.

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), instituído em 1985, congrega a maioria dos institutos de pesquisa do Governo Federal nas mais diversas áreas do conhecimento e no fomento à pesquisa e tecnologia. Essas iniciativas proporcionaram o interesse pela divulgação da ciência como forma de oferecer ao cidadão condições de pensar como funciona o mundo e de compreender como e por que os resultados da pesquisa científica e os avanços tecnológicos podem estar relacionados ao seu cotidiano.

Nos últimos anos, é perceptível o crescente interesse por parte dos produtores do conhecimento científico em proporcionar o acesso às informações, mas ainda há muito por fazer para tornar a ciência um bem comum. Segundo Oliveira, F. (2002), as atividades de pesquisas científicas estão concentradas nos governos federal e estadual,

limitando o investimento de recursos na área, cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), percentual considerado aquém dos países desenvolvidos, onde varia entre 2% e 3%. O Brasil é o 18º maior produtor de C&T no cenário internacional, índice medido pelo número de publicações científicas em periódicos internacionais. O país necessita, contudo, da participação da iniciativa privada no desenvolvimento de pesquisas para o seu crescimento e para o bem-estar da sociedade.

#### 1.4 A CIÊNCIA NA AMAZÔNIA

O interesse pela riqueza natural da região amazônica teve início no século XVIII, com a instalação em 1797 de uma das primeiras instituições oficiais de pesquisa do Brasil, “quando o Rei de Portugal ordenou ao Capitão-Geral do Pará que criasse um jardim botânico na cidade de Belém para a aclimatação de plantas” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 65). Anteriormente, em 1784 foi criada, no Rio de Janeiro, a “Casa de História Natural”, que funcionava como entreposto de produtos naturais. Foi ela, também conhecida como “Casa dos Pássaros”, que deu origem ao Museu Real, hoje Museu Nacional, “[...] por mais de vinte anos colecionou, armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas para enviar à Lisboa”. (LOPES, 1993, p.19).

O “Jardim do Grão-Pará”, assim como a “Casa de História Natural”, serviria para abastecer as instituições científicas de Portugal com novas espécies vegetais. Não foi por acaso a escolha da Região Amazônica para a instalação desse entreposto de plantas: o potencial florístico e a necessidade de Portugal em se fazer presente na região são apontados como cruciais para essa iniciativa (SANJAD, 2001).

Em seguida, têm início às expedições naturalistas à Amazônia, que se deu no séc. XIX. Nas palavras de Schwarcz (1993, p.84), “[...] paraíso dos naturalistas, a Amazônia permanecia, porém, como campo virgem para os cientistas nacionais”. Desde as primeiras décadas do século, acorreram à região viajantes ingleses, franceses, alemães, americanos e russos. Nesse contexto, foi fundada, em 6 de outubro de 1866, pelo naturalista Domingos Soares Ferreira Penna, a Associação Philomática, mais tarde Museu Paraense Emílio Goeldi, em homenagem ao cientista que dirigiu a instituição no período de 1894 a 1907. A criação de um museu, em Belém, viria suprir a carência de uma cidade que não possuía escolas de nível superior, nem instituições de natureza científica, além de dar apoio às expedições e iniciar coleções que pudessem ser preservadas no próprio país.

O MPEG surgiu no século XIX, como parte de um movimento científico internacional de criação de uma série de museus etnográficos e sociedades científicas dedicados à coleção, preservação, exibição, estudo e interpretação de objetos materiais. A sua missão<sup>6</sup> é “produzir e difundir conhecimentos e acervos científicos sobre sistemas naturais e socioculturais relacionados à Amazônia” e, em seus 139 anos de existência, vem participando e atuando na construção do conhecimento sobre a região.

A Região da Amazônia Legal conta com instituições de pesquisa e ensino superior espalhadas em nove estados que a compõem: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Mato Grosso, representando mais de 60% do Território Nacional. A imensidão territorial e sua riqueza natural com potencial para a cura de várias doenças que atingem a humanidade não são levados

---

<sup>6</sup> Missão institucional estabelecida no Planejamento Estratégico de 1993. Em 2005, a instituição passa por um novo processo de planejamento estratégico o qual estabelecerá nova missão.

em consideração pelos órgãos competentes no que diz respeito à alocação de recursos e investimentos na capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento da pesquisa nessa região.

Essa falta de investimento e de apoio faz com que a região abrigue apenas 2.591 dos cerca de 60 mil pesquisadores do Brasil<sup>7</sup>. Quanto aos recursos alocados para o fomento à pesquisa, a região recebeu em 2004 um pouco mais de 4% dos investimentos nacionais.

De acordo com entrevista concedida pelo diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), José Alves Gomes, ao jornal *O Estado de São Paulo*, os números revelados no documento do CNPq significam que a Amazônia detém “30 vezes menos doutores por área do que a média do Brasil” (GOMES, 2002, p.2 apud C&T na mídia). Para tentar reverter o quadro de carência de pessoal especializado para trabalhar com ciência na Amazônia, está sendo desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) o Projeto “*Acelera Amazônia*”, que visa ampliar o número de mestres e doutores na região.

A Amazônia necessita que os órgãos governamentais tenham mais atenção no trato com o bem patrimonial de todos os brasileiros. Caso contrário, o País estará perdendo a soberania, pois a falta de conhecimento sobre a região poderá levar a dependência de pesquisas realizadas por estrangeiros.

---

<sup>7</sup> Segundo o CNPq no documento “Estatísticas e Indicadores da Pesquisa no Brasil segundo Regiões Geográficas: Fontes: Diretório dos grupos de Pesquisa no Brasil e Investimentos do CNPq em C&T 2004.

## 1.5 CIÊNCIA, MUSEU E SOCIEDADE

*Museum* é uma palavra latina derivada do grego *mouseion* que, inicialmente, referia-se a um templo dedicado às nove Musas. Presume-se que o primeiro museu date da época helenística, o Museu de Alexandria, que funcionava junto com a famosa Biblioteca. Tratava-se de um lugar de encontro dos sábios e eruditos, cuja existência era consagrada aos estudos e que guardava certa relação com a religião (SCHAER, 1993, p.11-12). Até o Renascimento, este termo referia-se a uma coleção de objetos belos e valiosos. O hábito de colecionar objetos de arte, por parte da elite feudal como demonstração de prestígio, deu origem aos museus modernos.

Na verdade, a prática de colecionar desenvolve-se na Europa a partir do século XV. Os colecionadores europeus procuravam, por meio de fragmentos de esculturas, pedras gravadas e moedas reconstituir o mundo greco-romano, considerado por eles berço da cultura européia (SCHAER, 1993, p.15-16). Na segunda metade do século XVI, uma outra forma de coleção desenvolve-se na Europa. Tratava-se de coleções de objetos curiosos, raridades exóticas vindas do Novo Mundo, que se somavam às antiguidades e objetos de arte. Esse novo espaço passou a se chamar, então, *Cabinets de curiosité*, e o seu caráter contemplativo oferecido por esses museus, sem objetivos de ensino e pesquisa científicos, fazia jus à denominação usada à época para essas instituições (SCHWARCZ, 1993).

O interesse em colecionar objetos de valor em diferentes civilizações e etapas históricas está relacionado a vários fatores, entre eles a própria subsistência dos homens, prestígio, curiosidade e admiração pelo raro. Até o final do século XVIII, a cultura e a arte não eram mais que um adorno na vida dos privilegiados. O conceito de

coleção como instituição pública, denominada museu, teve influências cultural e política.

O avanço do conhecimento, a influência dos enciclopedistas franceses e o aumento da democratização da sociedade, resultantes da Revolução Francesa, são considerados fatores decisivos para o surgimento do museu moderno. Por isso, a França é considerada o berço do primeiro museu público, criado em 1773 por Robespierre, o conhecido Museu do Louvre, com coleções doadas por particulares, acessíveis a todos, voltado para finalidades recreativa e cultural.

A partir do século XIX, começam a surgir, na Europa e na América do Norte, os museus interessados na investigação científica de objetos materiais com a finalidade de preservar, colecionar e exibir para a sociedade um mundo “extra-europeu” (SCHWARCZ, 1993, p. 69). Esses museus científicos tiveram origem nos “gabinetes de curiosidades” já referidos. Desde então, teve início a criação dos museus etnográficos, baseados nos estudos realizados por cientistas americanos e europeus, que se deslocam para a o Novo Mundo em busca de coletar mostras da fauna e flora desse continente.

Dentro do contexto do aparecimento de museus na Europa e da transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, em 1808, inicia-se o estabelecimento de instituições de pesquisa científica local (SCHWARCZ, 1993). Começam a surgir os primeiros museus de história natural, pioneiros do âmbito científico. O Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1818, Museu Paraense Emílio Goeldi em 1866 e Museu Paulista em 1894 foram os responsáveis pela institucionalização das ciências naturais no país no século XIX (LOPES, 1993), por meio da produção e disseminação de conhecimentos.

Os museus são testemunhos da história da humanidade. O seu acervo, constituído de bens materiais, tem a finalidade de estudar, resguardar e expor, cumprindo a sua função pedagógica e política, com o objetivo de preservar a identidade cultural da nação.

O Comitê Internacional de Museus (ICOM) conceitua museus como

uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que realiza investigações que dizem respeito aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire os mesmos, conserva-os, transmite-os e expõe-os especialmente com intenções de estudo, de educação e de deleite.

Essa conceituação permite identificar os museus como espaço de comunicação, reflexão e divulgação, a partir de seus bens patrimoniais, representados por seu acervo e pelos resultados de pesquisa em suas áreas de conhecimento. Nesse sentido, são considerados como um universo aberto à construção de sentimentos, de reconhecimento e de valorização de identidades locais. O sentimento de pertencimento à determinada cultura, língua, história é necessário para que o indivíduo se perceba não só como pertencente àquela sociedade, mas também saiba identificar e aceitar a existência das diversidades culturais em favor do bem comum. Essa troca de conhecimento proporciona a construção de valores que vão refletir em atitudes de respeito, entendimento e aceitação do outro.

Os museus, considerados como lugar de educação não-formal, usam como ferramenta de trabalho o bem cultural, representado por objetos de coleções e de conhecimento científico, promovendo a interdisciplinaridade, possibilitando o diálogo, o aprendizado, a comunicação, a consolidação e o exercício da cidadania a partir da apropriação do patrimônio cultural existente neles.

Para que as ações dos museus sejam reconhecidas pelo público, é necessário que haja uma sintonia com as demandas da sociedade. O cidadão é o principal destinatário das atividades dessas casas de conhecimento e, portanto, deve ser tratado como ator principal e não como simples coadjuvante. Studart (2004, p. 47) traça considerações sobre a principal finalidade de um museu “[...] afirmando que de nada valeria coletar, preservar, pesquisar e divulgar o patrimônio cultural se este conhecimento não fosse produzido com um fim em que esta sociedade seja o principal beneficiário”.

É necessário, portanto, que os museus sejam receptivos quanto ao papel participativo do público na formulação de exposições, nos aspectos de conteúdo e museográfico e, até mesmo, na produção das atividades educativas.

É função primordial dos museus, além de pesquisar, conservar, expor e preservar, contribuir para a formação do cidadão. Por meio das ações educativas, e de comunicação da ciência, como as exposições, e do uso dos seus espaços pela comunidade, os museus buscam se tornar agentes ativos na dinâmica cultural da sociedade. Entretanto, é necessário o compromisso de governos com a educação e inclusão social, além de políticas culturais de apoio às atividades dos museus a fim de que estas não sofram com a descontinuidade.

Como resultado de sua atuação, o Museu Paraense Emílio Goeldi possui acervos bibliográficos e arquivístico, além das coleções de Botânica, Arqueologia, Etnografia, Geologia, Lingüística, Zoologia, que podem ser considerados um bem comum para a sociedade. Esses acervos são bens históricos e científicos, constituem a base das pesquisas da instituição e são utilizados como instrumento de interação entre o conhecimento científico e a sociedade.

A instituição investe ainda em formação científica e técnica, fomenta pesquisas, promove o incremento das coleções científicas, subsidiando a divulgação do conhecimento científico, a extensão científico-cultural por meio de projetos de inserção social, além de assessorar a formulação de políticas públicas, organizar relatórios de impacto ambiental em áreas de implantação de grandes projetos e colaborar, juntamente com órgãos competentes da demarcação de áreas indígenas, entre outras atividades, visando à melhoria da região.

Localizado na região de maior biodiversidade do planeta e detentora da maior reserva de água potável do mundo, o Museu Goeldi tem a responsabilidade de atuar não só como uma instituição local, mas de responder às questões relacionadas ao meio ambiente para o universo, aumentando consideravelmente o seu diálogo com a sociedade.

## CAPÍTULO 2

### 2 A PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO BRASIL E NO MUNDO

---

“A arqueologia é talvez a única ciência que destrói sistematicamente seu próprio objeto de estudo”.

Denise Pahl Schaan

Para reconstituir o passado, a arqueologia dispõe de métodos e técnicas capazes de revelar informações sobre a sociedade que habitou um determinado local. Neste capítulo, procuro traçar um panorama da importância das atividades dessa ciência para compreender e desvendar o passado.

#### 2.1 ARQUEOLOGIA: A CIÊNCIA DA RECONSTRUÇÃO

Encaixar as pedras de um jogo de “quebra-cabeças”, formadas por vestígios materiais, para tentar encontrar respostas sobre a estrutura social, política e econômica de uma sociedade extinta, eis a tarefa do arqueólogo.

As interpretações arqueológicas, que permitem perscrutar as circunstâncias de eventos passados, vão muito além de pesquisa em obras monumentais e objetos exóticos. A arqueologia é uma prática científica diversificada, que atua também na interpretação das pinturas e gravuras rupestres, vasilhas de cerâmica, entre outros vestígios arqueológicos<sup>8</sup>, repletos de simbolismo que oferecem pistas de um passado remoto. Ela é uma ciência que rompe a barreira do tempo para reconstruir o passado

---

<sup>8</sup> Segundo PROUS (2000, p.23), são os testemunhos da presença e da atividade do homem.

da humanidade com vistas ao entendimento da sociedade atual, usando como fonte de pesquisa objetos concretos produzidos pelas mãos do homem, deslocados do seu tempo e de sua utilização.

De acordo com Funari (1998, p.11). “a arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico”. Nesse sentido, além de fazer a leitura dos objetos, ela não renega os aspectos imateriais para entender as relações sociais nas quais esses objetos foram produzidos e apropriados, no passado ou no presente. Ainda segundo o autor (1998, p. 22), os objetos não são “fatos ou informações em estado bruto”, mas devem ser interpretados a partir do contexto onde foram encontrados. Partindo do princípio de que são impregnados de códigos, os objetos devem ser analisados pelos arqueólogos como instrumentos de interação entre os homens, exercendo, portanto, função de mediação na sociedade.

Apesar de seu aspecto interdisciplinar, a arqueologia tem seu próprio arcabouço teórico e metodológico: estabelece um problema de pesquisa, constrói hipóteses com base em um determinado quadro teórico, e desenvolve uma metodologia adequada à comprovação de suas hipóteses. De acordo com Prous (2000, p. 21),

A arqueologia, de qualquer forma, apresenta desde cedo uma vocação interdisciplinar, pois sua meta é a mesma das ciências humanas, ou seja, entender as adaptações, o desenvolvimento, alcançar estes objetivos, lançar mão de recursos desenvolvidos por outras disciplinas, tanto nas áreas das ciências da terra, quanto das ciências da vida e, até, das ciências ditas exatas.

Fica claro que o arqueólogo, além de sua própria especialidade, deve trabalhar com profissionais de diversas áreas, o que exige dele conhecimentos diversificados.

Apesar de suas origens remontarem ao século XVIII, com as escavações de Pompéia, a arqueologia vem se desenvolvendo ao longo dos dois últimos séculos até os dias atuais, inicialmente voltada para a procura de objetos de arte para museus e coleções e, posteriormente, para a pesquisa sistemática.

Mais recentemente, na década de 1970, surge, na Inglaterra, o movimento conhecido como *New Archaeology* ou “arqueologia processual”, a qual pretendia,

a partir de um rigor maior na definição dos objetivos e dos métodos, levar a Arqueologia à condição de uma ciência preditiva, capaz de enunciar leis sobre o comportamento humano e testar rigorosamente as hipóteses e modelos propostos pelos pesquisadores (PROUS, 2000, p. 30).

Além da diversificação de métodos e técnicas tanto em campo, na localização de sítios e busca de objetos, quanto em laboratório, na análise do material coletado, os arqueólogos buscaram novos campos de pesquisa. Levados por fatores como o desemprego e a falta de recursos das instituições públicas para a investigação científica, a arqueologia de salvamento é intensificada. A portaria do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), de 1986, obriga a contratação de arqueólogos ou instituições de pesquisa a fazer o levantamento arqueológico da região em grandes empreendimentos que interfiram no solo e meio ambiente.

A tendência atual do mundo científico é a existência de abordagens mais ecléticas, dispostas a aceitar os pontos positivos de todas as tendências anteriores juntamente com os pontos desprezados pela *New Archaeology*, como as perspectivas históricas e as particularizações.

Segundo uma das vertentes da arqueologia, ela pode ser dividida em Pré-Histórica e Histórica (MELLO, 2003): a primeira, dedica-se à compreensão dos povos anteriores à escrita e tem como foco principal a cultura material deixada pelas

sociedades antigas; e a segunda estuda as sociedades que já conheciam a escrita, analisando todos os tipos de vestígios, entre eles os documentos escritos; a arqueologia, por meio de pesquisas fundamentadas em vestígios materiais, comprova a existência de uma história de povos não mais existentes.

Os arqueólogos se incumbem de resgatar e conservar a herança cultural humana, com o propósito de compreender a formação da identidade de um povo e fazer a relação com a sociedade atual. Os vestígios materiais, objetos de estudo do arqueólogo, são depósitos de memória, material impregnado de informações à espera de uma interpretação acurada, capaz de resgatar os pedaços de uma história perdida.

É importante ressaltar o papel dessa ciência para o conhecimento e para a preservação do patrimônio arqueológico, como também para a desmistificação de uma atividade tida como exótica ou até mesmo relacionada a filmes de aventura, livros de suspense ou mistério. A arqueologia é uma ciência atraente por seu caráter investigativo e de montagem de peças que remetem a uma complexa e longa história recuada por milhares de anos.

## 2.2 OS CAMINHOS DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL

Vários são os questionamentos sobre as origens da presença do homem no continente sul-americano. De onde vieram os primeiros habitantes do Brasil? Qual o caminho percorrido para chegar até aqui? Estes são alguns dos questionamentos mais antigos da arqueologia brasileira. No Brasil, abril de 1500 é o marco fundador da nossa história oficial<sup>9</sup>. Entretanto, a história da presença humana no país e na América do Sul

---

<sup>9</sup> Diversos autores se referem a esse momento como tomada de posse, pois muitos são os relatos da presença homem no Brasil em data anterior aos registros de Pero Vaz de Caminha. Pinzon, por exemplo, esteve na Foz do Amazonas antes da chegada de Pedro Álvares Cabral.

de uma maneira geral teve início muito antes da chegada dos portugueses a esse continente.

A arqueologia no Brasil surgiu no século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX e sua história pode ser dividida em dois momentos. Segundo Barreto (1999-2000); o primeiro momento é marcado pela produção de estudos arqueológicos realizados por naturalistas europeus apoiados pela Corte Portuguesa e, posteriormente, pelo imperador Pedro II; o segundo momento, pela criação de centros de pesquisa e universidades influenciados por cientistas estrangeiros. Afinal, como diz a autora,

Rever a história da arqueologia no Brasil é acompanhar o confronto do brasileiro ao longo destes anos com um passado pouco conhecido, que traduz as diversas formas de identificação ou rejeição das raízes indígenas por parte da sociedade nacional, e que nem sempre corresponde a ideais de uma (pré) história nacional. (BARRETO, 1999-2000 p. 33).

A influência europeia e o extermínio das populações indígenas, pelos colonizadores, estimularam o distanciamento das nossas raízes indígenas e incentivaram a institucionalização de uma cultura nacional baseada em fundamentos alheios à nossa constituição étnica com os indígenas.

Segundo alguns autores (BARRETO, 1999-2000; FUNARI, 1995; PROUS, 1990; SCHMITZ, 1994), os arqueólogos descobriram nos relatos dos cronistas, sobre os indígenas que aqui encontraram na época do descobrimento, importantes fontes de conhecimento para a arqueologia e a etno-história, apesar de tais relatos não possuírem conteúdo especificamente arqueológico e não ter havido nenhum interesse, por parte dos cronistas, em fazer uma descrição com o objetivo de reconstituir a história indígena. Para Barreto (1999-2000, p. 33),

A Arqueologia feita no Brasil é essencialmente uma arqueologia de sociedades indígenas extintas que viveram em um passado distante, deixando como testemunho de sua existência somente restos materiais. Há 500 anos que estes restos materiais têm sido encontrados, estudados e interpretados. Há 500 anos que estes restos têm sido a matéria-prima para a construção de um passado pré-colonial brasileiro.

Além das crônicas do descobrimento, os relatos de bandeirantes e sertanistas, inspiraram os estudos sobre a origem das populações indígenas. Porém, nenhum deles conhecia tão bem as diferentes culturas indígenas do país como os jesuítas, primeiros observadores da natureza. Logo após os jesuítas, os viajantes estrangeiros, vindos no século XVIII exclusivamente para coletar amostras da nossa fauna e flora e também vestígios materiais de antigas civilizações, dominam os estudos científicos no Brasil. Dessa forma, os jesuítas e viajantes estrangeiros podem ser considerados os precursores das atividades científicas no Brasil até a independência e durante a primeira metade do século XIX.

Os naturalistas estrangeiros, principalmente franceses e alemães, realizaram excursões ao país na segunda metade do século XVIII e início do XIX para fazer estudos da natureza, baseados nas idéias do Iluminismo, no interesse europeu pela etnologia e no reconhecimento dos vestígios materiais como fontes de informação para entender a existência das sociedades indígenas (BARRETO, 1999-2000). A Amazônia, nesse sentido, representava o paraíso para a pesquisa científica. Nela a natureza e o homem podiam ser observados em “estado puro”, sem interferências. A partir daí, durante o século XIX tiveram início as expedições estrangeiras de interesse arqueológico, com a preocupação de investigar a origem de grupos indígenas brasileiros. Durante essa fase, teorias foram desenvolvidas, especulando sobre o

“estágio de civilização” em que se encontravam os índios brasileiros, atribuindo-lhes o “estágio final de uma civilização decadente” (BARRETO, 1999-2000). Essas teorias analisavam as sociedades indígenas, tomando como parâmetro a cultura europeia e baseavam-se na idéia de evolução.

Para Barreto, essa visão é um marco para o desenvolvimento da arqueologia no Brasil até a atualidade (1999-2000, p. 36)

À medida que os ideais de identificação com altas civilizações são frustrados por resultados de pesquisas mais sistemáticas, o inconformismo tende a se transformar em desinteresse e desprezo das elites intelectuais pela arqueologia brasileira, mais tarde agravados por um certo tecnicismo por parte da arqueologia acadêmica brasileira e pelo seu isolamento do restante das ciências humanas e sociais praticadas no país.

Como consequência do período dos viajantes naturalistas, foram iniciadas as coleções de objetos com a função de apresentar em museus europeus a cultura material dos povos indígenas brasileiros. Com isso, houve uma grande dispersão de objetos coletados no Brasil, em museus da Europa. Graças à criação do Museu Nacional em 1818, no Rio de Janeiro, as peças provenientes das expedições estrangeiras, inclusive as arqueológicas, começam a ter um espaço próprio que facilitará a preservação da cultura material local, mesmo sendo, naquele momento, tratados como simples objetos de curiosidade.

A guarda dos objetos arqueológicos estava garantida. Mas segundo Prous (2000, p. 27-28) a arqueologia Pré-Histórica praticada pelo Museu Nacional, Museu Paulista e Museu Goeldi, durante o século XIX, contribuiu para ratificar o pensamento europeu sobre a qualidade inferior dos objetos dos antigos habitantes do país. Não obstante a carência de métodos científicos que pudessem evidenciar a supremacia dos artefatos

arqueológicos, pode-se inferir que esses museus foram os responsáveis pelo impulso inicial ao desenvolvimento da pesquisa arqueológica no Brasil, suprimindo a carência de centros de pesquisa, no país, naquela época.

Apesar da semelhança entre a arqueologia praticada na Europa e em outros países da América, e a que se realizava no Brasil durante o século XIX, a prática arqueológica brasileira não contava com o apoio contínuo de professores e instituições que acompanhassem a evolução da ciência no mundo (SCHMITZ, 2003). Os projetos eram desenvolvidos por um curto período de tempo, controlados por instituições estrangeiras e acompanhados por pesquisadores brasileiros, que, dessa maneira, davam os primeiros passos para desvendar o passado. A teoria predominante na época era a de que os índios haviam penetrado nas Américas poucos milênios antes dos europeus.

As regiões mais estudadas eram a Bacia Amazônica, a costa Sul e Sudeste e o Brasil Central. Para cada uma dessas regiões, existia um tipo de “homem pré-histórico”. O Homem de Pacoval pertencia à Bacia Amazônica; para as regiões Sul e Sudeste, o Homem de Sambaqui; e para o Brasil Central, o Homem de Lagoa Santa. Essa “tipificação”, segundo as diversas regiões, evidencia mais uma vez a forte influência da arqueologia européia, preocupada com as origens e diferenciações étnicas dos vários povos europeus.

Os temas mais abordados pelos naturalistas eram os relacionados à geologia, à zoologia, à botânica e, como não poderia deixar de ser, os indígenas, para tentar comprovar a inferioridade tecnológica dos antigos habitantes do país (PROUS, 2000). A ciência aplicada predominava nas escolas de ensino superior e centros de pesquisa (SCHWARTZMAN, 2001).

Na primeira metade do século XX, a ciência no Brasil mudou o foco de sua pesquisa e passou a se interessar pelas populações negras. Esse panorama é revertido, contudo, com a chegada de pesquisadores estrangeiros ao Brasil, na segunda metade do século XX, com a finalidade de testar teorias elaboradas por pesquisadores europeus e norte-americanos. Destacam-se, nesse período, os pesquisadores norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans, que chegaram ao Brasil em 1948 (BARRETO, 1992) encarregados de comprovar a teoria de J. Steward, a qual evidenciava que “o ambiente amazônico não permitiria o desenvolvimento de civilizações elaboradas; desta forma, a cultura marajoara foi interpretada como consequência de uma migração de populações de origem andina” (PROUS, 2000, p. 28).

Embora essa teoria passe por constantes críticas com as revisões e atualizações da arqueologia, é importante ressaltar a relevância do trabalho dos pesquisadores americanos para a arqueologia brasileira e principalmente para a Amazônia. Meggers e Evans foram os responsáveis pela profissionalização da arqueologia amazônica, aplicando técnicas até então desconhecidas na região, facilitando a análise do material coletado.

No Sul e Sudeste, mais precisamente no Paraná e São Paulo, os pesquisadores franceses, Josef Emperaire e Annette Laming estudaram os “sambaquis” daquelas regiões (1954-1956) para testar a teoria do seu orientador, P. Rivert, segundo a qual as migrações para a América do Sul poderiam ter vindo da Austrália. Segundo Prous (2000), durante alguns anos, as publicações dos pesquisadores americanos assim como a dos franceses foram as principais referências para a arqueologia amazônica e litorânea.

A década de 1960 marca o início da fase moderna da arqueologia brasileira. Nesse período, tanto Betty Meggers e Clifford Evans quanto Josef Emperaire e Annette Laming foram os responsáveis pela formação de brasileiros para atuar na pesquisa arqueológica, com base em teorias e métodos das escolas americana e francesa. Coube aos cientistas brasileiros adequarem-se a uma ou a outra escola, de acordo com os seus interesses.

A criação de cursos de graduação e pós-graduação nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, por profissionais brasileiros, contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento de uma visão crítica mais voltada para o âmbito nacional. Apesar de todo empenho nesse sentido, uma formação mais especializada continuava sendo buscada na França ou Estados Unidos, reforçando os fundamentos trazidos pelos americanos e franceses (SCHMITZ, 2003).

Diante desse breve esboço de algumas características do período de formação da arqueologia científica no Brasil, deve-se inferir que esta passou por diversas fases inerentes ao contexto do pensamento científico da Europa, da América do Norte e do Brasil de então, e que, apesar das divergências, auxiliou na inserção dessa ciência no Brasil.

A despeito da dimensão e da diversidade cultural do território brasileiro, entendo que a arqueologia brasileira ainda está em fase de crescimento e amadurecimento. Porém já reconhecida no exterior, procura ter uma identidade própria, sem se distanciar do mundo científico internacional, assim como busca responder às diversas questões da sociedade brasileira e internacional sobre a história do povoamento milenar do território nacional, na tentativa de compreender a evolução da espécie humana. Na

atualidade, começa a dar os primeiros passos na preservação de sítios arqueológicos e na educação patrimonial.

## 2.3 A IMPORTÂNCIA DA REGIÃO AMAZÔNICA PARA A ARQUEOLOGIA

A Amazônia abriga 33% das florestas tropicais do planeta e cerca de 30% das espécies conhecidas de fauna e flora. Ocupando quase 60% do solo brasileiro, a região é também reconhecida pelo seu potencial hidrográfico e mineral. Devido a sua grandiosidade, riqueza e exuberância, sempre foi alvo de interesse de estrangeiros.

A região ainda é pouco estudada arqueologicamente, mesmo com os trabalhos de pesquisa iniciados, a partir do final do século XIX, por Domingos Soares Ferreira Penna, João Barbosa Rodrigues, Aureliano Lima Guedes, Ladislau Netto, Charles Hartt e Orville Derby (NEVES, 2000).

Segundo Neves (2000), diferentemente de outras regiões do Brasil, a pesquisa arqueológica desenvolvida na Bacia Amazônica se diferencia por ter estabelecido questões ligadas à maneira como se produz o conhecimento, com enfoque mais analítico e menos descritivo. Para o autor,

Os problemas de pesquisa estabelecidos pela arqueologia amazônica são tanto teóricos como metodológicos, tendo implicações diretas para os tipos de reconstituição feitos sobre o passado pré-colonial da região, bem como para as outras áreas das terras baixas da América do Sul [...] (NEVES, 2000, p.87)

A vastidão de seu território e os mais diversos problemas de acesso à região dificultam o trabalho de campo e contribuem para a ausência de um conhecimento mais abrangente acerca da Pré-História da Amazônia. Apesar de todos os esforços empreendidos por pesquisadores com diferentes formações e interesses, ainda não é

possível haver consenso acerca da história da ocupação humana na Amazônia (NEVES, 2000).

Nesse sentido, pesquisadores norte-americanos que trabalharam na região estabeleceram hipóteses divergentes que influenciaram substancialmente a pesquisa arqueológica local. Betty Meggers e Clifford Evans, considerados os fundadores da pesquisa arqueológica profissional na Amazônia, realizaram seus trabalhos na porção oriental da Ilha de Marajó e também no então território do Amapá, Ilhas Caviana e Mexiana, no final da década de 1940, com a finalidade de conhecer a seqüência cronológica de ocupação, por meio dos vestígios materiais encontrados.

Segundo a hipótese de Meggers e Evans, baseada no determinismo ambiental, o meio ambiente seria um fator limitante de desenvolvimento cultural de uma sociedade. A pobreza do solo daquela região não permitiria o desenvolvimento de uma agricultura produtiva, o que levaria as populações a se moverem em busca de recursos, inibindo o desenvolvimento de formas sociopolíticas complexas. Levando-se em consideração que a produção de cerâmica elaborada demanda tempo e trabalho especializado, pensa-se que o desenvolvimento só seria possível em uma sociedade que produzisse o excedente necessário para que uma parcela da população se dedicasse somente à produção de bens rituais. Para os pesquisadores americanos, a Cultura Marajoara teria se estabelecido a partir da migração de populações oriundas dos Andes.

No início da década de 1980, época de consolidação da arqueologia brasileira nos institutos de pesquisa, a hipótese de Meggers e Evans foi refutada pela pesquisadora, também norte-americana, Anna Roosevelt. Durante suas pesquisas na Ilha de Marajó, Roosevelt preconizou que as sociedades marajoaras eram autóctones.

Segundo sua hipótese, o desenvolvimento daquelas sociedades poderia ser comparado a outras grandes sociedades da Antigüidade Clássica. (NEVES, 2000)

Fundamentada em pesquisa de campo e numa reavaliação de trabalho de campo realizado por pesquisadores, com o auxílio de modernas técnicas de testes laboratoriais, Roosevelt contesta a hipótese elaborada pelos pesquisadores Meggers e Evans de que o meio ambiente poderia impor limitações ao desenvolvimento cultural, do mesmo modo que as culturas pré-históricas da Amazônia seriam provenientes do exterior. Assim, segundo essa autora,

[...] a seqüência pré-histórica que está emergindo para a Amazônia não sustenta a visão de uma ocupação pré-histórica prejudicada por um meio ambiente pobre em recursos. Ao invés de seqüências culturais curtas e derivadas, e de ocupações ligeiras, temos agora evidências de uma seqüência longa e complexa, de ocupações substanciais de prolongada duração, de sociedades complexas de larga escala e de consideráveis inovações e influências partindo da Amazônia para outras áreas.”( ROOSEVELT, 1992, p. 55)

Roosevelt (1992) ainda destaca que a colonização européia alterou significativamente o modo de vida da população nativa da região. Com a posse das terras mais produtivas pelos colonizadores, os índios foram obrigados a procurar terras alagadas, menos produtivas, diminuindo a capacidade de exploração do solo. Dessa forma, conforme lembra Roosevelt, há evidências de que a população indígena atual pode ser 30 vezes menor que a dos povos pré-históricos. Outra diferença da Amazônia indígena atual para a pré-colonial diz respeito à atual forma de organização política e econômica menos elaborada que a dos tempos pré-históricos. Nesse sentido, ressalto que os vestígios materiais, como a cerâmica pré-cabralina, são fontes de informação que podem revelar padrões pré-históricos de economia, demografia, ideologia e organização.

Essas diferentes visões teóricas sobre a ocupação do homem na Amazônia, a que me referi, constituem fontes importantes de conhecimento para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica da região, uma vez que os pesquisadores que procuram desvendá-la dispõem de escassas evidências e utilizam diferentes bases de referência metodológica, dificultando a conclusão de um mesmo modelo teórico.

Devido ao crescimento desordenado da região, provocando eminente ameaça para a destruição de evidências arqueológicas, vale ressaltar a urgência em intensificar os estudos na região, sob pena de se perder um importante laboratório – a Amazônia - para a compreensão das causas das mudanças na história humana.

## 2.4 CONTRIBUIÇÕES DO MUSEU GOELDI PARA A ARQUEOLOGIA

Ao longo da trajetória de 139 anos de existência, o Museu Paraense Emílio Goeldi tem desenvolvido inúmeros projetos na área de arqueologia. Na impossibilidade de citar a totalidade dos projetos desenvolvidos pelo Museu Goeldi, não somente pela dispersão das informações como também para atender ao objetivo de fornecer um panorama geral das contribuições para a arqueologia brasileira, optei por destacar alguns projetos cujos resultados repercutiram para o avanço do conhecimento científico e para a preservação de sítios arqueológicos. Considero que todos os projetos desenvolvidos ou em execução têm o seu mérito, razão pela qual não foi fácil selecionar alguns para serem citados.

A fundação da *Associação Philomática* em 1866, instituição precursora do atual Museu Paraense Emílio Goeldi, foi determinante para o desenvolvimento das investigações arqueológicas na Região Amazônica. A sua existência na região

propiciou a institucionalização da pesquisa como também permitiu a definição de métodos para a geração de conhecimentos científicos<sup>10</sup>. Afinal, a criação de instituições apropriadas “[...] permite a troca de experiências, para a legitimação de conhecimentos e do grupo social que se considera habilitado para essa tarefa, queiramos chamá-lo de comunidade científica, cientistas, naturalistas ou intelectuais” (SANJAD, 2001, p. 6).

Domingos Soares Ferreira Penna, idealizador do Museu Paraense Emílio Goeldi e membro correspondente do Museu Nacional, do Rio de Janeiro, incentivou as viagens de reconhecimento, por parte de estudiosos, às áreas de evidências arqueológicas, com o objetivo de coletar e estudar os vestígios arqueológicos encontrados.

O Ano de 1870 é um marco na história da arqueologia de Marajó. Para Evans,

*[...] Ever since that date Marajó has been the classic place for both scientific and unscientific archeology in Brazil because of the prominent artificial earth mounds that contain beautifully painted anthropomorphic burial urns [...]*<sup>11</sup> (1967, p.3)

No ano seguinte, Ferreira Penna juntamente com o naturalista norte-americano J.B. Steere realizou, pela primeira vez, escavações em Marajó. (EVANS, 1967).

Localizado em Belém, o Museu Goeldi serviu de ponto de referência para inúmeras expedições arqueológicas à região, como a de Charles Frederic Hartt<sup>12</sup>, o primeiro geólogo a escavar o sambaqui de Taperinha, localizado a 40 km da cidade de Santarém (PA), no qual encontrou vestígios arqueológicos de cerâmicas ornamentadas, bem como estatuetas de forma humana (GOMES, 2002). Esses indícios foram

---

<sup>10</sup> Para Ferreira Penna a criação do Museu Goeldi supria a carência de escolas de nível superior em Belém ou instituições científicas (SCHWARCZ, 2004, p.84).

<sup>11</sup> (Tradução nossa) Desde então, a Ilha de Marajó tem sido um lugar clássico para a arqueologia científica e não-científica no Brasil, devido às exuberantes urnas funerárias pintadas encontradas nos aterros artificiais.

<sup>12</sup> Além de sua contribuição aos estudos da arqueologia da Amazônia, esse naturalista canadense foi responsável pelo primeiro relatório geológico da então Província do Pará, como resultado de sua pesquisa de campo realizada em 1870 (BERTHO, 1994, p. 186; CUNHA, 1989, p.69).

determinantes para os estudos da cerâmica denominada Tapajônica ou Santarém, mundialmente conhecida por seu estilo rebuscado, quase “barroco”.

O ciclo de pesquisa de Domingos Soares Ferreira Penna foi desenvolvido na década de 1870. Em 1871, foram realizados os primeiros trabalhos de pesquisa na ilha de Marajó, nos rios Tocantins, Amazonas, Xingu, Maracá (AP) e no litoral do Pará. As expedições empreendidas na época tiveram seu foco principal no colecionismo, em que a pesquisa se restringia à descrição e classificação primária do material arqueológico, com objetivo museográfico.

Apesar do enfoque etnográfico dos trabalhos de pesquisa de Ferreira Penna, é importante ressaltar que suas contribuições para a arqueologia amazônica foram pioneiras e informativas e têm sido um guia para os trabalhos de pesquisas atuais. Convém lembrar que a essência dos museus da época era de formar coleções e que graças àquela preocupação com a guarda do material, os testemunhos materiais abrigados em coleções, possibilitam aos pesquisadores, respaldados em teorias, apresentarem hipóteses sobre a história do povoamento da região.

Emílio Goeldi chega ao Museu Paraense em 1894, a convite do então governador republicano Lauro Sodré. Nesse período, a região vivia o *boom* da borracha (BERTHO, 1994). Goeldi criou uma seção dedicada à etnografia, antropologia e arqueologia. Dessa forma, Goeldi deu prosseguimento à distinção feita por Ferreira Penna na época da criação do Museu em 1866, entre as Ciências Naturais e Etnografia. Segundo BERTHO (1994, p.188), o Museu Goeldi era o único entre os museus de sua época – os outros eram o Museu Nacional e o Museu Paulista - a dar ênfase para o que viriam a ser as Ciências Humanas.

Em 1895, Emílio Goeldi, auxiliado por Aureliano Lima Guedes, empreendeu uma viagem ao Amapá onde encontrou objetos cerâmicos em poços funerários, no rio Cunani. Barreto, M. (1992) relata que os achados arqueológicos foram encontrados acidentalmente porque o objetivo da expedição era fazer uma investigação sobre a região que se encontrava em litígio, devido a questões territoriais entre o Brasil e França.

Como resultado dessa expedição e de outra realizada em 1896 também ao Amapá, por Aureliano Lima Guedes, a arqueologia amazônica e brasileira possui hoje “[...] a maior e melhor documentada coleção de cerâmica arqueológica do rio Maracá existentes em museus do mundo” (BARRETO, 1992, p. 221). Ainda segundo este autor, a publicação dos resultados das pesquisas realizadas no Amapá, e editadas pelo Museu, teve repercussão no meio científico tanto nacional quanto internacional. A divulgação desses resultados tornou o Museu Goeldi uma referência para a pesquisa arqueológica na Amazônia.

A saída de Emílio Goeldi da direção do Museu em 1907, motivada por diversos fatores, entre os quais a crise econômica provocada pelo declínio do comércio da borracha, inviabilizou a dotação por parte do Governo do Estado de recursos financeiros para a manutenção do Museu Goeldi. Como consequência da falta de verbas, a instituição teve suas atividades paralisadas.

Esse período de poucos recursos persistiu até 1948. Porém, durante esses 40 anos, a instituição continuou a receber pesquisadores vindos de outras partes do Brasil e do exterior interessados na investigação da região amazônica. Pesquisadores como

Curt Nimuendaju<sup>13</sup>, Heloisa Alberto Torres<sup>14</sup>, Peter Hilbert<sup>15</sup>, Frederico Barata<sup>16</sup>, entre outros, contribuíram com novos conhecimentos para o cenário arqueológico da região.

O ressurgimento da pesquisa arqueológica no Museu Goeldi, deu-se com a chegada dos pesquisadores norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans a Belém no ano de 1948. Eles trouxeram na bagagem técnicas empregadas pela arqueologia até então inéditas para a região, dando início a pesquisa arqueológica profissional na Amazônia.

Ao desenvolverem extensivas pesquisas nas Ilhas de Marajó, Mexiana e Caviana, Meggers e Evans classificaram em cinco fases arqueológicas distintas a ocupação pré-histórica na Ilha de Marajó, obedecendo à seguinte seqüência: Ananatuba, Mangueiras, Formiga, Marajoara e Aruã, (EVANS E MEGGERS, 1954; SIMÕES, 1967). Para esses pesquisadores, as diferenças de estilo, tecnologia e material encontrados nas cerâmicas só poderiam ser explicadas pela penetração de povos de culturas distintas, evidenciando o menor ou maior grau de desenvolvimento<sup>17</sup>. Os métodos e técnicas utilizados pelo casal influenciaram a pesquisa arqueológica desenvolvida pelo Museu Goeldi durante as décadas de 1950 a 1980 (BARRETO, M., 1992).

---

<sup>13</sup> Etnólogo alemão responsável pelo primeiro estudo da cerâmica tapajônica realizado em 1923. (BARRETO, 1992, p.226)

<sup>14</sup> Pesquisadora do Museu Nacional, especialista em cultura marajoara, realizou no início dos anos de 1930 uma excursão científica à Ilha de Marajó (RIBEIRO, 2000)

<sup>15</sup> Pesquisador alemão e etnólogo do Museu Goeldi, foi responsável pela retomada das investigações arqueológicas na instituição em 1948, paralisadas desde o início do século XX. (BARRETO, M., 1992, p.231).

<sup>16</sup> Jornalista, colecionador e autor de várias publicações sobre a Cerâmica Santarém ou Tapajônica. Reuniu objetos da referida cerâmica nos anos de 1930 e 1940. Em 1959, o Museu Goeldi por intermédio do CNPq, compra a coleção, a qual ganhou a denominação de Frederico Barata, em homenagem ao seu colecionador (GUAPINDAIA, 1993).

<sup>17</sup> Outros estudiosos da adaptação cultural na Amazônia criticam o método utilizado por Meggers e Evans para explicar o desenvolvimento cultural da região (ver SCHAAN, 2003, p. 159).

Com o objetivo de estender o trabalho de seqüência das fases arqueológicas de Marajó, de Evans e Meggers à área sudeste da ilha, o pesquisador do Museu Goeldi Mário Simões<sup>18</sup>, juntamente com o antropólogo Napoleão Figueiredo, da Universidade Federal do Pará (UFPA), e com apoio financeiro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desenvolveu o Projeto Marajó<sup>19</sup> (BARRETO,1992; SIMÕES, 1967). O projeto foi realizado entre 1962 e 1965 na região sudeste da Ilha de Marajó e teve como resultados a localização e mapeamento de 16 novos sítios “[...] ampliando em direção à área Sudeste da Ilha o conhecimento que se tinha sobre a ocupação pré-histórica na região”. (SCHAAN, 2001, p. 141).

Outro projeto de repercussão para as pesquisas arqueológicas da região foi o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA,1965-1970), coordenado por Meggers e Evans, com o objetivo de obter um panorama da Pré-História dos estados costeiros brasileiros (PROUS, 2000). Na sua versão para a Amazônia, o PRONAPA, coordenado pelo pesquisador Mário Simões, foi desenvolvido no Parque Nacional do Xingu (MT), destinado a identificar possíveis traços culturais que pudessem ter penetrado na Amazônia, provenientes da região costeira do Brasil, por meio da região do alto Xingu. Sobre o PRONAPA, Barreto M. (1992, p. 250-251) diz que:

[...] foi o maior programa de pesquisa arqueológica até então efetuado no Continente Americano, não somente devido à abrangência de sua área geográfica mas também a metodologia sistemática na escolha das áreas a serem pesquisadas, uniformidade na análise dos dados e o uso de uma terminologia padronizada na classificação e divulgação dos resultados.

---

<sup>18</sup> Pesquisador responsável pela organização e estruturação do setor de arqueologia do Museu Goeldi, responsável pelo desenvolvimento de inúmeras pesquisas acadêmicas sobre arqueologia amazônica (BARRETO, M., 1992).

<sup>19</sup> Esse projeto contou com o apoio da firma Cardoso & Irmãos, proprietária de várias fazendas onde estavam localizados os sítios arqueológicos. (SIMÕES,1967, p. 209).

Seria necessário, contudo, desenvolver um programa de pesquisa voltado especificamente para a região amazônica, em face da extensa área da região ainda não pesquisada e da iminente ameaça de destruição dos sítios arqueológicos devido à migração ocorrida para a região incentivada pelo Governo Federal. Um projeto semelhante foi criado especificamente para a região amazônica, nascendo então o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA). O programa tinha como diretores científicos Betty Meggers e Clifford Evans do *Smithsonian Institution*<sup>20</sup> e, pelo lado brasileiro, Mário Simões, do Museu Paraense Emílio Goeldi.

O Museu Paraense Emílio Goeldi foi designado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) como responsável técnico e pela divulgação dos resultados científicos do PRONAPABA (BARRETO, M., 1992). Eram objetivos do Programa:

a- evidências que possam revelar diferenças na antiguidade das culturas pré-históricas adaptadas à floresta tropical; b- continuidade ou não de residência local; c- superposição de complexos e fases arqueológicas distintas, além de outros tipos de situações compatíveis com o modelo biogeográfico em questão, entre os quais certos padrões que possam vir a corroborar ou esclarecer a localização e tamanho desses refúgios (SIMÕES, 1977, p. 299).

Os dados obtidos apontaram novos rumos para a Arqueologia desenvolvida na Amazônia, assim como possibilitaram novas informações a respeito da ocupação humana pré-histórica desta região.

Entre os muitos projetos desenvolvidos pelo MPEG no final da década de 1970 e início da década de 1980 com recursos do PRONAPABA, pode-se destacar os projetos

---

<sup>20</sup> Instituição educacional e de pesquisa associada a um complexo de museus, administrada pelo Governo dos Estados Unidos.

de salvamento arqueológico: Projeto Baixo Rio Tocantins (PA), na área de construção da barragem de Tucuruí, e o Projeto Baixo e Médio Rio Madeira, último projeto do PRONAPABA, destinado a detectar indícios de migração entre o médio Amazonas e a Bolívia (SIMÕES, 1977, p. 252).

As pesquisas arqueológicas empreendidas durante a década de 1980 têm como prioridade o salvamento arqueológico. Essa opção deu-se não somente pela ameaça de destruição dos sítios em função de obras de grande porte na região como a construção de barragens, mas também pela escassez de recursos por parte dos governos Federal e Estadual para realizar pesquisas acadêmicas (BARRETO, M., 1992).

Desse modo, entre os diversos projetos de salvamentos arqueológicos citados por Barreto, destacamos o Projeto Carajás (1983), destinado a efetuar prospecções de salvamento arqueológico na região de exploração do minério de ferro na Serra dos Carajás, no município de Marabá, Pará. Os resultados obtidos com a realização de pesquisa em Carajás, mais precisamente na Gruta do Gavião, revelaram, por meio de artefatos líticos, uma das mais antigas datações já encontradas na Amazônia: de 8000 a 3.000 A.P (Antes do Presente), entre outras descobertas realizadas pela pesquisa.

Outro projeto de repercussão para a arqueologia da Amazônia foi o realizado pela pesquisadora Anna Roosevelt no Baixo Amazonas (1983-1991), em cooperação com o Museu Paraense Emílio Goeldi. A pesquisa detectou em uma área perto da cidade de Santarém (PA) a cerâmica mais antiga encontrada na América, com datações de 8.000 a 7.000 AP. (BARRETO, M., 1992).

Nos anos 1990, destaca-se o projeto “Estudos arqueológicos no Amapá: resgate da Pré-História da Região do Rio Maracá-Igarapé do Lago”, desenvolvido pela

pesquisadora, Vera Guapindaia, do Museu Goeldi. A pesquisadora localizou mais de sete sítios, onde foram encontradas mais de 100 urnas antropomorfas e zoomorfas. Outro projeto desse período, “Hidrovia de Marajó”, coordenado pela pesquisadora Denise Schaan, também é considerado relevante pela sua importância no resgate arqueológico na região onde será construída uma hidrovia ligando as cidades de Belém e Macapá. Foram identificadas seis áreas de ocorrência arqueológica e, para salvaguardar o patrimônio arqueológico, foram sugeridas medidas de proteção aos sítios.

É importante ressaltar o trabalho de pesquisa de registros rupestres, tendo em vista que o Pará, segundo Pereira (2003, p.13), pesquisadora do Museu Goeldi, é o estado com o maior número de áreas de concentração de figuras rupestres. O estudo das pinturas e gravuras rupestres juntamente com os vestígios cerâmicos são fontes de conhecimento para o entendimento da ocupação humana na Amazônia.

A mais recente contribuição para a arqueologia da Amazônia foi realizada por meio de um trabalho de salvamento arqueológico no sítio Ilha de Terra, localizado na Floresta Nacional de Caxiuanã, no Pará, coordenado pela arqueóloga Alicia Durán Coirolo, do MPEG. O projeto resultou na descoberta de vestígios cerâmicos que indicam a presença de populações possuidoras de cultura material semelhante à Cultura Marajoara, fato considerado relevante por ser a primeira ocorrência encontrada fora da Ilha de Marajó. Após a análise química da cerâmica decorada encontrada durante a pesquisa, foi possível determinar as datações de 1.000 a 2.150 anos, as quais confirmaram a contemporaneidade com a Fase Marajoara (500 a 1.500). A pesquisa, financiada pelo CNPq, teve início em 2004 e o resultado foi divulgado em outubro de 2005, durante a fase de conclusão desta dissertação.

Ao longo de mais de um século, a área de arqueologia do Museu Goeldi vem desenvolvendo pesquisas na Amazônia no âmbito da Arqueologia Histórica e Pré-Histórica no sentido de evidenciar o potencial arqueológico e entender o processo de ocupação humana na região. Além das pesquisas acadêmicas, a instituição tem se envolvido na execução de projetos de salvamento de sítios arqueológicos, que se tornam cada vez mais freqüentes, tendo em vista a legislação estabelecida pela Portaria do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), criada em 1986, a qual exige a interferência de profissionais de várias áreas para a realização de estudos em áreas de obra que possam prejudicar o solo e o meio ambiente.

A área de arqueologia do Museu Goeldi contribui de forma fundamental na formação de jovens universitários, por meio de programas de bolsas e estágios, dando prosseguimento às investigações arqueológicas na Amazônia.

Em cumprimento à Portaria 230 do IPHAN, de 17 de dezembro de 2002, que prevê a realização de um programa de Educação Patrimonial nas áreas de prospecção arqueológica, esta atividade também se faz presente nas ações empreendidas pelo MPEG com a finalidade de difundir, valorizar e preservar o patrimônio arqueológico da região. Dessa forma, a sociedade poderá reconhecer o valor dos bens culturais presentes no seu dia-a-dia como garantia da preservação da memória individual e coletiva para o exercício da cidadania.

A trajetória do Museu Goeldi na pesquisa arqueológica o transformou em referência para os estudos dos tempos da ocupação original da Amazônia, numa importante contribuição para o conhecimento científico e para desenvolvimento de políticas públicas para a região.

## CAPÍTULO 3

### 3 CULTURA MARAJOARA: UMA APROXIMAÇÃO COM O OBJETO

---

“[...] os objetos são pensados como um sistema de comunicação, como meios através dos quais indivíduos, grupos e categorias sociais emitem informações sobre seu *status* e sua posição”.

José Reginaldo Santos Gonçalves

Para os povos sem escrita, a comunicação seria feita por meio de seus artefatos, nos quais estavam inscritos códigos reveladores das regras daquela sociedade. Para o entendimento desse elo entre objeto e sociedade, faço referência a como os pesquisadores abordam essa questão e a apropriação desses objetos como patrimônio e como código identificador de uma sociedade.

#### 3.1 A ARTE MARAJOARA COMO EXPRESSÃO VISUAL

“[...] um povo que fabrica cerâmica deixa um relato de sua história nos cacos que o arqueólogo pode decifrar e com os quais pode reconstruir a cultura” (EVANS, Clifford; MEGGERS, Betty, 1954, p. 6).

Cobras, lagartos, representações humanas e de plantas, figuras geométricas são perceptíveis ao lançar um olhar atento nos objetos da cerâmica marajoara. Considerada uma das mais bonitas e sofisticadas das Américas, ela é fruto de uma sociedade organizada política e economicamente e por essa razão é denominada complexa por arqueólogos e antropólogos. A divisão de trabalho naquela sociedade permitia a execução de tarefas diferenciadas, por parte dos indivíduos, possibilitando uma maior

disponibilidade de tempo para o aperfeiçoamento e a especialização da técnica de confecção da cerâmica e de sua decoração.

Estudos sobre a arte das sociedades ameríndias são desenvolvidos para compreender o significado de suas obras. Segundo Schaan (1999, p.1), “[...] as representações naturalistas, juntamente com os grafismos, são utilizadas para veicular idéias, para narrar estórias mitológicas, ou ainda para simbolizar parentesco ou filiação a determinado grupo social”. Como se pode observar, a arte Pré-Histórica seria um meio de comunicação entre aqueles povos para a expressão de valores e afirmação de identidade a serem compartilhados.

Diferentemente da concepção de arte ocidental, a arte dos povos iletrados, segundo o conceito de alfabetização, seria confeccionada a partir da necessidade do grupo e de indivíduos e não para deleite do artista. A arte pré-colombiana, portanto, teria uma função social e utilitária, além de artística (BARRETO, C., 2005; SCHAAN, 1999). Cada sociedade indígena teria seu estilo próprio, o qual é revelado por meio da linguagem visual dos objetos materiais e compreendido pelos integrantes daquela comunidade (VELTHEM, 2003). Na decoração dos objetos, estariam contidas as regras sociais de cada grupo.

São muitas as variações de estilos e de forma de decoração encontradas na cerâmica marajoara. Para Schaan (1999), as representações de animais e plantas são chamadas de realistas ou naturalistas, por expressarem semelhança com a realidade, e icônicas<sup>21</sup>, as quais são marcadas por suas formas simples ou estilizadas de expressão. Algumas vezes, o nível de sofisticação dos desenhos é muito elevado,

---

<sup>21</sup> Motivos decorativos nem sempre identificados à primeira vista que nos remetem a um referente conhecido (SCHAAN, 2001, p.458). Um exemplo disso são os desenhos estilizados de escorpiões.

ficando quase imperceptível os traços característicos de partes do corpo humano ou de animais.

Estudos sobre as representações humanas usadas nos objetos pré-históricos marajoara levam a deduzir que essa técnica seria uma forma de “humanizar” a peça, já que esta seria empregada em rituais. A preferência pela evidência de figuras humanas nos objetos seria, segundo Schaan (1999), uma característica marcante da arte marajoara pré-colonial. Ela afirma que essa predileção pode ser atribuída às sociedades que tinham a agricultura como sua fonte principal de subsistência e cujo poder político estaria concentrado na camada mais elevada da sociedade (ROOSEVELT, 1991, apud SCHAAN,1999).

Em um passado remoto, os objetos eram usados como meio de transmitir informações a respeito de normas sociais vigentes. Entendo as peças como armazenadoras de informações contidas em “textos”, na concepção atual, sem grafias, mas repletos de símbolos capazes de expressar ideologias e visões de mundo.

A herança material dos povos primitivos permite a realização de pesquisas por meios de analogias com as sociedades indígenas atuais, para conhecer e elucidar as mudanças sociais ocorridas nessas sociedades.

### 3.2 A CULTURA MATERIAL COMO PATRIMÔNIO DA SOCIEDADE

Constitui patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". (BRASIL, 1937)

Parto do princípio de que os objetos de uma coleção científica, no caso, a Coleção Marajoara do Museu Paraense Emílio Goeldi, devem ser compreendidos como artefato-documento dessa cultura indígena e, conseqüentemente, como patrimônio cultural a partir de sua musealização. Tal compreensão possibilita a percepção desses bens como herança, tendo como ponto de partida sua preservação e exposição ao público como forma de comunicação e interação entre o passado e o presente. Nas palavras de Chagas (2002, p.10),

[...] o importante é compreender que uma coisa ou objeto só se transforma em bem cultural quando alguém (indivíduo ou coletividade) por ato de vontade afirma, descreve e garante a sua passagem simbólica para uma nova condição. A constituição do bem cultural implica um processo de atribuição voluntária de significados e valores.

Desse modo, esses bens devem ser partilhados para contribuir na formação de conceitos e percepções individuais acerca da relação passado-presente, mesmo sob concepções museológicas permeadas de preconceitos, simbologias e da mistura de peças antigas com o aparato tecnológico disponível.

É importante ressaltar que a cultura material, compreendida nesse contexto como bens produzidos por sociedades antigas, deva ser percebida como patrimônio arqueológico por sua vinculação ao passado, parte da história de sociedades não mais

existentes e como “[...] elemento de reflexão, transformação e construção de identidades [...]” (ALMEIDA, 2003, p. 279).

A publicização do acervo arqueológico por meio de exposições, mídias e programas educativos ratifica a importância dos objetos arqueológicos como uma espécie de biografia de “[...] uma comunidade, de um povo, de um país [...]” (ALMEIDA, 2003, p. 282).

Os responsáveis pelas ações de comunicação dos museus, ao formatarem a transmissão de conhecimentos para o público ressaltando que “[...] o processo de comunicação é base necessária para a produção de conhecimento original a partir do bem cultural preservado” (CHAGAS, 2002, p.11), devem levar em consideração os diferentes níveis de apreensão do saber por parte da sociedade. Como afirma Canclini (1994, p.96), “[...] à medida que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições”.

Apesar de reconhecer que a difusão do patrimônio não deve ser encarada como a verdade dos fatos e sim como a reconstrução da “verossimilhança histórica” (CANCLINI, 1994, p.113), acredito que acima de tudo está o direito do cidadão a ter acesso ao que lhe é garantido por lei.

A Arqueologia Pré-Histórica tem como fonte de pesquisa os artefatos produzidos por grupos sociais não mais existentes. A divulgação da cultura material para a sociedade é uma necessidade premente, pois os sítios arqueológicos estão constantemente ameaçados de destruição, seja por indivíduos ou empresas particulares que têm interesse em alguma atividade lucrativa na área, ou até mesmo pela atividade turística sem controle. Nesse sentido, o contato com os objetos poderá

despertar no cidadão comum o interesse pela preservação dos sítios, levando-os a perceber a arqueologia como uma ciência relevante para as suas vidas.

Segundo Guppy; Pokotylo (1999 apud ALMEIDA, 2003, p.277), uma pesquisa de opinião realizada em Vancouver, a respeito da arqueologia revelou que “[...] Parte significativa associou a disciplina à pesquisa sobre o passado, à solução de conflitos econômicos, à repatriação de patrimônio, a cultos ligados a mistérios, incluindo extraterrestres, e 0,2% dos entrevistados ligaram a arqueologia ao turismo”. Embora um estudo de caso não sirva para fazer comparações, convém ressaltar que o brasileiro não se identifica com o patrimônio arqueológico,

“[...] não só pela falta de identificação étnica e cultural com o passado indígena, mas ainda sofre o agravante do caráter pouco monumental e modesto do patrimônio material, em grande parte perecível e de difícil conservação, dificultando ainda mais a valorização e identificação cultural com este patrimônio por parte da sociedade em geral”. (BARRETO, C., 1999-2000, p. 34).

Outro fator que contribui é a falta de informação sobre suas origens mais antigas, no caso da Pré-História, ou pela forma como ela é repassada, fazendo com que o indivíduo não se reconheça como parte da história da nação.

Para Almeida (2003, p. 285-286),

A percepção do patrimônio, da memória e da identidade é, no caso do Brasil, um reflexo da imagem que o povo brasileiro tem do nosso país. Nela, os conflitos, as contradições, as diferenças encontram-se camuflados sob a representação da homogeneidade, da unidade.

A vontade de tentar mudar a indiferença da sociedade em relação ao patrimônio arqueológico deve ser encarada com responsabilidade e um dos caminhos que levam à

mudança desse panorama é a exposição desses bens culturais para a população, de forma a possibilitar reflexão sobre a sua importância no contexto social.

### 3.3 A INFLUÊNCIA DA CERÂMICA MARAJOARA NA IDENTIDADE DO PARAENSE

O desenvolvimento da comunicação ocorrida durante o século XX proporcionou o avanço dessa área para além dos nossos Estados Nacionais. Fez surgir a cultura transnacional, numa onda de globalização, onde não existem fronteiras para a comercialização dos bens de consumo fabricados no exterior, nem para a expansão de outras culturas.

Para Oliveira, L. (2002) as novas formas de comunicação interferem não só na "noção de tempo, mas também nas de espaço e território". Atualmente, a internet possibilita a comunicação entre pessoas de vários países, permitindo o contato com culturas diferentes e a incorporação, algumas vezes, ao nosso cotidiano de importantes contribuições.

Oliveira, L (2002) destaca ainda que, apesar da cultura mundial globalizada, supostamente, aproximar a todos, ela não tem o poder de alcançar as pessoas da mesma maneira e ao mesmo tempo. As transformações decorrentes do mundo globalizado ocorrem de formas diversas e em tempos diferentes. Aí reside uma das contradições do processo de globalização. Ao mesmo tempo em que existe uma tendência crescente à mundialização de certos valores culturais, observa-se hoje uma busca constante de retorno ao passado e de valorização das singularidades nacionais. Esse processo pode ser entendido como uma forma de resgate da nossa identidade por

meio da memória “[...] mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência, quer em nível individual, quer social [...]” (MENESES, 1984, p. 34).

É necessário ressaltar que a globalização é uma “via de mão dupla”, na qual os bens culturais também são expostos, pelos veículos de comunicação, para além do local onde foram gerados, tornando-os universais, porém sem quebra de identidade. A categoria identidade pode ser conceituada, aqui, como: “[...] um sistema dinâmico definido entre possibilidades e limites que gera um campo simbólico no qual o sujeito pode conquistar a capacidade de intervir sobre si e reestruturar-se” (CARRANO, 2004, p. 2).

Herdeiro dos estilos cerâmicos das culturas marajoara e tapajônica, o povo paraense tem uma predileção ao motivo decorativo marajoara. Essa apropriação pode ser percebida pela produção crescente de artesanato de Icoaraci, distrito próximo à cidade de Belém, reconhecido, tanto no Brasil como no exterior, como pólo de referência na reprodução de peças<sup>22</sup> com inspiração em motivos da cultura Marajoara.

No Pará, além de Icoaraci, existem mais dois importantes pólos de produção de cerâmica artesanal representados pelos municípios de Santarém e Ponta de Pedras. Porém o distrito de Icoaraci destaca-se pela profícua produção de seus produtos. A cerâmica desse local teve início no final do século XIX com a produção artesanal de peças de uso cotidiano, como vasos, alguidares e panelas feitas de barro. Esse processo de confecção das peças ocorre devido à abundância do barro encontrado na região.

---

<sup>22</sup> Em 1998, o Governo do Estado do Pará juntamente com o Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE)-PA com apoio do MPEG instalaram o *Programa de Artesanato do Pará*. O Programa proporcionou, a exemplo do que MPEG já havia feito na década anterior, o contato com os principais elementos das culturas Marajoara, Maracá e Tapajônica (1999, p. 7).

A partir da década de 1950, surge a cerâmica decorada feita pelo artesão Antonio Farias Vieira, com inspiração em uma fotografia de um vaso marajoara. Outro marco importante para o aparecimento da cerâmica considerada artística foi a dedicação de Raimundo Saraiva Cardoso, artesão mais conhecido como “Mestre Cardoso”, responsável pela introdução definitiva desse estilo no artesanato de Icoaraci. O interesse de Mestre Cardoso por esse motivo decorativo se deu durante uma visita ao Museu Paraense Emílio Goeldi nos idos de 1968. Seu interesse foi apoiado por Conceição Gentil e Mário Simões, pesquisadores da área de arqueologia do MPEG, que permitiram seu livre acesso à Reserva Técnica para conhecer o acervo arqueológico da instituição. Desde então, surgiu uma colaboração que perdura até hoje entre o MPEG e os artesãos de Icoaraci (COIROLO, 2005). A colaboração se faz por meio de treinamento em contato com as peças originais para aprimoramento da arte de elaborar artesanato, com o objetivo de proporcionar “[...] o bem estar da população e o fortalecimento de nossa identidade cultural” (RODRIGUES, 1999, p.10)

De acordo com Souza (2002, p.42) “[...] poucos são os artesãos que dominam o saber-fazer dessas peças, que exigem um conhecimento mais sofisticado em cada uma das etapas de produção”. O artesão de peças arqueológicas não utiliza nenhum tipo de torno para fazer o objeto, o instrumento de trabalho para a sua confecção são as mãos.

Ao longo dos anos, o artesanato produzido como referente à cerâmica marajoara foi sendo modificado, se distanciando do formato e da decoração das peças originais. Essa atividade, além de ser rentável financeiramente também remete ao conceito de “tradição inventada” definida por Hobsbawn (1984, p.9):

“[...] um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica,

visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”

Desse modo, posso sugerir que o estilo da cerâmica marajoara desenvolvido por povos que habitaram a Amazônia entre os séculos V e XIV, e apropriado por artesãos contemporâneos, pode ser interpretado como “[...] a site in which the relationship between Amazonian prehistoric past and Amazonian modernity is being continuously negotiated”<sup>23</sup> (FURUYA, 2003, p.1).

Em Belém, o apelo da sociedade paraense contemporânea aos símbolos da cultura marajoara é de tal dimensão, que pode ser entendido hoje como um dos aspectos identitários importantes da cultura do Estado. Mas o que levou à apropriação dessa arte como parte integrante da identidade dos paraenses? Para Meneses (1984, p.32), que escreve sobre Identidade e Arqueologia,

O conceito de *identidade* implica semelhança a si próprio, formulada como condição de vida psíquica e social. Nessa linha, está muito mais próximo dos processos de reconhecimento do que de conhecimento. A busca de uma identidade se alia mal a conteúdos novos, pois o novo constitui uma ameaça, sempre [...].

A busca por essa identificação pode ser considerada uma forma de resgatar e preservar o passado, perante a influência de agentes externos devido à nossa exposição ao mundo e pelas marcantes desigualdades sociais. O motivo marajoara pode ser entendido como o referente que identifica o paraense como o “detentor” da cultura marajoara e como ícone unificador dessa sociedade.

---

<sup>23</sup> (Tradução nossa) [...] este estilo pode ser considerado como o elo de ligação entre a Amazônia Pré-Histórica e a Amazônia atual.

## CAPÍTULO 4

---

### O MUSEU QUE NÃO SE VÊ

“[...] as coleções são sempre constituídas, querem sempre dizer alguma coisa, e que nunca há neutralidade no que se diz.”

Myrian S. Santos

Neste capítulo, reporto-me aos objetos que não mais pertencem ao circuito da sociedade atual, mas que exercem um fascínio por serem veículos que transportam a memória e a imaginação para lugares não mais existentes. Esses objetos ficam protegidos em ambientes à mercê de interpretações.

#### 4.1 COLECIONISMO

Os objetos que vêm das outras sociedades ou da natureza ilustram também a nação que os recolheu enquanto, por intermédio dos seus artistas, dos seus sábios, dos seus exploradores, e até dos seus generais, soube reconhecer-lhes o valor e eventualmente fazer sacrifícios para os adquirir. Exatamente porque o museu é um depósito de tudo aquilo que de perto ou de longe está ligado à história nacional, os objetos que aí se encontram devem ser acessíveis a todos; e, pela mesma razão, devem ser preservados (POMIAN, 1984, p. 84).

As coleções científicas são formadas por objetos<sup>24</sup> constituídos de evidências que permitem adquirir conhecimento histórico-científico, são testemunhos de um mundo não

---

<sup>24</sup> No sentido atribuído por SANTOS (1992, p. 218), “Os objetos parecem ser a prova que necessitamos para ratificarmos o que sabemos de memória.”

mais existente. Por meio desse conhecimento é possível garantir a preservação da memória<sup>25</sup> do estilo de vida de um grupo humano ou população.

As iconografias das coleções são documentos materiais que ajudam a desvendar significados para compreender sociedades indígenas extintas, que viveram em um passado remoto. Os estudos acadêmicos das coleções de um museu são parte de um “quebra-cabeça” que podem revelar a identidade material de uma nação. Para Ribeiro; Velthem (1992, p.107), “[...] Esse estudo é significativo na medida em que recupera, por meio das coleções, a própria história da produção das primeiras fontes de conhecimento sobre povos indígenas”.

Dessa forma, as reservas técnicas, lugares onde são guardadas as coleções que fazem parte do acervo de um museu, são guardiãs de objetos que são preciosos depósitos de memória, material impregnado de informações que esperam por uma interpretação acurada capaz de resgatar os pedaços de uma história perdida.

O início do recolhimento de objetos materiais das culturas indígenas deu-se com a descoberta do Novo Mundo (RIBEIRO; VELTHEM, 1992). Os artefatos eram levados para a Europa por viajantes e naturalistas europeus, a partir da segunda metade do século XVIII até fins do século XIX, principalmente franceses e alemães, que visitavam o Brasil para coletar plantas, animais e artefatos e transportá-los para os seus países. Os naturalistas e viajantes foram os principais responsáveis pela construção de uma interpretação do país, de acordo com a percepção dos lugares visitados, o que garantia a veracidade de suas narrativas. Na Europa, esses artefatos passaram a fazer parte

---

<sup>25</sup> De acordo com a definição de NORA (1984, p 23) [...] os lugares de memória são, antes de tudo, restos [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza [...]”. Para Nora , os lugares de memória como museus, bibliotecas, arquivos, são fortalecidos à medida que a memória espontânea desaparece nas sociedades contemporâneas.

dos “gabinetes de curiosidades”, precursores dos atuais museus. Os objetos eram apreciados pelo seu exotismo e pelo caráter único dos materiais que os constituíam.

No final do século XIX, a tarefa de coletar passou a ter um outro enfoque por parte dos viajantes; a preocupação voltou-se para as informações contidas nesses artefatos quanto à origem e à evolução do homem (RIBEIRO; VELTHEM, 1992). Os valores atribuídos aos objetos era o de testemunhar a condição primitiva e inferior da cultura americana em relação à européia. Desde então, os objetos de um museu, principalmente os etnográficos, passaram a ter um valor não só de contemplação mas também de evidências para compreender o universo cultural de sociedades.

## 4.2 A COLEÇÃO MARAJOARA

A coleção de cerâmica marajoara que está sob a responsabilidade do Museu Goeldi é composta de objetos de cerâmica manufaturados por grupos indígenas que habitaram a região desde aproximadamente 500 AP. De acordo com as análises da cerâmica, esses povos foram divididos em cinco fases arqueológicas. A fase marajoara é a quarta na seqüência da ocupação da ilha de Marajó e considerada pelos pesquisadores Betty Meggers e Clifford Evans como a mais evoluída (1957).

Composta de vários objetos classificados por formas e técnicas decorativas, a coleção destaca-se pelos vasos, estatuetas, pratos, tangas, inaladores, urnas, bancos, tigelas, vasilhas, entre outras. As técnicas decorativas usadas são a pintura, incisão, excisão e modelagem.

Parte significativa da coleção marajoara do Museu Goeldi é formada por objetos adquiridos pelo Governo do Estado do Pará e que, desde 1982, está sob a guarda do

MPEG. São aproximadamente 1.100 peças entre inteiras, incompletas e fragmentos. A instituição também possui um acervo constituído de 1.067 objetos provenientes de pesquisas de campo e doações.

Escolhida para ser objeto desta dissertação não só pela sua exuberância estética, mas também pela importância que representa para o conhecimento da história de populações amazônicas antigas, a cerâmica marajoara está associada à cultura do povo paraense. Isto pode ser verificado por meio dos impressos de divulgação do Estado do Pará, calçamentos e ônibus da cidade de Belém que usam reproduções de desenhos marajoaras, os quais remetem a esse passado.

A seleção das peças que fazem parte do catálogo foi tarefa difícil, pois a cada olhar me deparava com formas e desenhos diferentes que expressavam significados os mais distintos. Como critérios para a seleção, procurei objetos que fossem representativos da diversidade de formas e de decoração. Dessa maneira, selecionei 106 peças a serem fotografadas. A partir dessas fotos, escolhi 53 para serem editadas e comporem o catálogo **“Cerâmica Marajoara: a comunicação do silêncio”**.

Posso afirmar que a divulgação desses objetos é mais uma aliada na conscientização para a preservação desse patrimônio e, permitirá entender a história do passado a partir de uma outra perspectiva e da expressão de significados pelos atores da história de forma a apreender o momento a partir daquilo que os atores de então conseguem relatar por meio da cultura material.

Espero que essa forma de divulgar a cultura marajoara, ajude a sensibilizar a população, no sentido de fazê-la compreender a importância desse acervo para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

### 4.3 OS TESOUROS PRESERVADOS

O naturalista mineiro Domingos Soares Ferreira Penna foi o pioneiro nas pesquisas sobre cerâmica e outros vestígios dos primeiros grupos humanos que viveram na Amazônia. O naturalista foi também o primeiro a contribuir para a formação do acervo arqueológico do Museu Paraense durante suas viagens de exploração na Ilha de Marajó, nos rios Tocantins, Amazonas, Xingu, Maracá e no litoral do Pará, que transcorreram na década de 70 do século XIX (BARRETO, M., 1992):

As investigações realizadas por Ferreira Penna não seguiam uma metodologia de trabalho criteriosa para realizar as escavações, num procedimento mais de colecionador de objetos de arte do que de cientista. Por esse motivo, os relatos dos trabalhos de campo ficavam incompletos no que diz respeito à localização dos sítios, estratigrafia das escavações, assim como o modo de coleta do material. O principal critério para a formação das coleções era o estético: as peças mais bonitas, inteiras, incomuns eram as prediletas. As primeiras peças por ele coletadas que compunham o acervo do Museu Paraense não fazem mais parte do acervo deste. Por ocasião da Exposição Antropológica Brasileira de 1882, o então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Ladislau de Souza Netto, solicitou o envio das peças para compor a exposição e desde então foram incorporadas ao acervo daquele museu (BARRETO, M., 1992; CUNHA, 1989;).

A formação do acervo arqueológico do Museu Goeldi teve início no final do século XIX, com a criação do Museu Paraense. As primeiras peças registradas no acervo do MPEG foram coletadas por Emílio Goeldi e Aureliano Lima Guedes em 1895, no Rio Cunani, no Estado do Amapá, “[...] Trata-se de um conjunto de objetos cerâmicos

funerários, composto de urnas e outros recipientes encontrados em um poço cavado artificialmente” (GUAPINDAIA, 2003, p. 1).

Na Reserva Técnica “Mário Ferreira Simões”, os objetos são identificados e organizados, proporcionando condições de segurança, estudo, acondicionamento do acervo para posterior exibição em mostras pelo mundo afora. Como já foi dito, a Reserva Técnica reúne 110.800<sup>26</sup> itens inteiros, fragmentos de cerâmica, artefatos líticos e outras evidências procedentes de quase todos os estados da Amazônia.

Vale ressaltar que, a partir da década de 1990, as pesquisas arqueológicas do Museu Goeldi têm se limitado aos estados do Pará e Amapá. Portanto, nos últimos anos, a formação das coleções se restringe a esses dois estados. O Museu Goeldi também abriga coleções provenientes de doações ou de pesquisas realizadas por outras instituições que o elegem como guardião. Além da guarda do acervo, a Reserva Técnica possui um laboratório para restauração de objetos, feita, geralmente, a partir de fragmentos de cerâmica.

Na Reserva Técnica “Mário Ferreira Simões” estão depositados os mais importantes vestígios arqueológicos da Amazônia, como a coleção de Lima Guedes ou Maracá<sup>27</sup>, proveniente do Amapá; a de Goeldi, coleção de objetos encontrados em poços artificiais de Cunani; coleções de Nimuendajú, Townsend e Frederico Barata, provenientes dos municípios paraenses de Santarém e Oriximiná; Meggers e Evans, encontradas na ilha de Marajó; Frikel e Hilbert, do Baixo Amazonas.

A existência de coleções de arqueologia, etnografia, botânica, zoologia, lingüística e de livros raros atribui ao MPEG uma grande importância cultural, derivada

---

<sup>26</sup> Ver GUAPINDAIA (2003), em seu trabalho “Acervo arqueológico do Museu Paraense Emílio Goeldi”.

<sup>27</sup> A denominação das coleções é feita de acordo com o nome do coletor ou da região onde foi encontrada.

da significação coletiva e individual atribuída aos objetos pela sociedade produtora. Dessa forma, tais coleções permitem que o Museu Goeldi seja um lugar onde a sociedade tenha acesso aos artefatos relacionados com a sua própria história ou com a de seus antepassados. Por isso, é importante ressaltar a divulgação do acervo como fonte de conhecimento a serviço da sociedade.

## 5 CERÂMICA MARAJOARA: A COMUNICAÇÃO DO SILÊNCIO

A atividade de divulgação científica, nos museus, é fundamentalmente comunicativa, pois seus agentes são chamados a resolver problemas de incompreensão para que se restabeleça a ponte de interligação entre dois grupos historicamente apartados: o dos cientistas e o dos leigos. Ao jornalista, cabe fazer a intermediação para ampliar o conhecimento da sociedade, fortalecendo-lhes a capacidade de processar a informação e, dessa forma, contribuir para a construção da cidadania. Assim, uma das tarefas do divulgador será colocar “ao alcance da maioria o patrimônio científico da minoria e realizar em seus escritos, suas palavras e suas imagens o direito de todo ser humano de participar da sabedoria e integrar-se na cultura e na civilização, que os manterão unidos em um saber comum”. (HERNANDO, 1970 apud ZAMBONI, 2001, p.49). Ciente da responsabilidade que me cabe como cidadã e como profissional de comunicação e seduzida pelo potencial informativo dos objetos da coleção Marajoara sob a guarda do Museu Goeldi, optei por elaborar, como produto final do meu curso de mestrado profissionalizante, um catálogo com 53 fotos acompanhadas de legendas e textos visando a estimular o interesse pela ciência e, conseqüentemente, tentar criar

uma mentalidade de preservação do patrimônio arqueológico a partir do conhecimento científico.

O catálogo intitulado **Cerâmica Marajoara: a comunicação do silêncio** é produto de amadurecimento intelectual formado a partir dos conhecimentos adquiridos durante a minha experiência profissional e no decorrer do Mestrado.

## **CAPÍTULO 5**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Os povos sem escrita usavam os grafismos e a pintura dos objetos como parte do seu sistema de comunicação. E, por meio desse sistema, as informações eram compartilhadas para estabelecer as regras sociais do grupo. O estudo da cerâmica Pré-Histórica da Amazônia é importante para decifrar os significados contidos na cultura material, para tentar entender a organização social desses grupos. A outra forma para o entendimento desses signos é a livre interpretação do público ao entrar em contato com as peças.

A divulgação desses estudos deve ser incrementada para que a arqueologia seja entendida pela sociedade como uma ciência que estuda o passado, com o foco direcionado para o presente e para o futuro. Dessa forma, os resultados das pesquisas arqueológicas podem proporcionar o entendimento sobre usos, costumes e origem da sociedade contemporânea.

As investigações científicas da arqueologia Pré-Histórica facilitam o contato da sociedade atual com objetos produzidos por povos não mais existentes. Os vestígios materiais frutos desse processo, recolhidos às instituições como museus para salvaguarda e estudo, devem ser expostos ao público como meio de compartilhar o conhecimento e oportunizar a interação com o passado.

É necessário que o acesso às informações e ao acervo seja facilitado, afinal a cultura material é patrimônio de todos e como tal deve ser socializado. As dificuldades

impostas para a exibição e contato com esse material reforçam o estereótipo de que a ciência é feita e destinada a uma determinada classe social, levando à exclusão social de inúmeros cidadãos.

A democratização do conhecimento tem um papel importante para desenvolvimento do país, porque promove a inserção dos indivíduos na sociedade, fazendo com que eles se sintam parte do universo que os cercam.

A Região Amazônica, “cantada em prosa e verso” por vários segmentos da sociedade pelos seus encantos naturais e vista pelos cientistas com grande potencial para o desenvolvimento de pesquisas científicas, não deve ser vista exclusivamente como fonte inesgotável de recursos naturais, mas também como um patrimônio a ser respeitado para que várias gerações possam dele usufruir. Desse prisma, considero a divulgação não só um processo de inserção social, mas também de conscientização para a importância da proteção de nossos bens patrimoniais, inclusive os naturais.

Esta dissertação, que tem como produto final o Catálogo **Cerâmica Marajoara: a Comunicação do Silêncio**, foi concebida no desejo de contribuir para a formação de cidadãos plenos de memória e respeito ao passado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. B. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. **HABITUS** : Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v.1, n.1, 2003.

AMORIM, L. B. **Relatório de Viagem de Campo**. Belém, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**- citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023**: informação e documentação – Referências- Elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

\_\_\_\_\_. **BR 6027**: informação e documentação- Sumário- Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **BR 4724**: informação e documentação- Trabalhos acadêmicos- Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ANDEREY, M. A. et al. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1996.

BANCO DE DADOS DA RESERVA TÉCNICA DE ARQUEOLOGIA. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2003.

BARATA, F. Uma análise estilística da cerâmica de Santarém. In.: **Cultura**. Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, n.5, 1952.

BARRETO, C. A construção do passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, v.44, p. 32-51, 1999-2000.

\_\_\_\_\_. Arte e Arqueologia na Amazônia Antiga. In. :GRUPIONI, L.D. (Ed.). **Brésil Indien**: Les arts des Amérindiens du Brésil. Paris : Hoebeke, 2005.

BARRETO, M. V. História da Pesquisa Arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 8, n. 2, p. 203-294.1992. (Antropologia).

BELTRÃO, J. F. et al. **Coleções etnográficas**: testemunhos da educação, história e registro da diversidade na Amazônia. Belém: UFPA, 2000. Mimeografado.

BERTHO, A. M. M. O Museu Paraense Emílio Goeldi no Contexto Cultural da Amazônia. In: D'INCAO, M. A. ; SILVEIRA, I. M.. (Org.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1994.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**: memória e cidadania. Brasília, 2003.

CABRAL, M. O educador de museu frente aos desafios econômicos e sociais da atualidade. In: **MUSAS**: Revista Brasileira de Museus e Museologia. Instituto Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.41-48. 2004.

CANCLINI, N. G.. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. 385.

\_\_\_\_\_. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n .23, p.94-115. 1994.

CARRANO, Paulo. **Identidades que se alteram**: o conceito de Identidade. Disponível em:<[http:// www. multirio.rj.gov.br/século 21](http://www.multirio.rj.gov.br/século21)>. Acesso em: 31 ago. 2004.

CATÁLOGO DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. São Paulo: Banco Safra, 1986.

CHAGAS, M. **Cultura, Patrimônio e Memória**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1. São Paulo, mar. 2002.

\_\_\_\_\_. Memória e Poder: focalizando as instituições museais. **Interseções**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.5-23, jul./dez. 2001.

\_\_\_\_\_. O Museu-Casa como Problema: Comunicação e Educação em Processo. In.: SEMINÁRIO SOBRE MUSEUS-CASAS, 1., 1998, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998. p.177-199.

CHALMERS, A . F. **O que é ciência afinal?** Tradução Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Unesp , 2001. 282 p.

COIROLO, Alicia. Durán. **A cerâmica de Icoaraci, Pará, Brasil.** Belém, Pa, 2005. 1 CD-ROM. Projeto musical patrocinado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, MCT/CNPq.

COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA . Museu Paraense Emílio Goeldi.

CUNHA, O . R . **Talento e Atitude** : Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1989.

CRUZ, A . M. C. ; MENDES, M. T. R. **Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses:** estrutura e apresentação (NBR 14724/2002). Niterói: Intertexto, 2003.

DUBOS, R. **O despertar da razão.** São Paulo: Edusp, 1972.

EVANS, Clifford. Amazon Archeology – A Centennial Appraisal. In.: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA. **Atas...** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas, p,1-12.1967. 2v (Antropologia).

FAUSTO, C. O conceito de cultura e o hiato entre disciplinas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 9., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os índios antes do Brasil.** Rio de Janeiro: J. Zahar , 2000.

FIGUEIREDO, A. N. ; SIMÕES, M.F. Contribuição à arqueologia da fase Marajoara. **Revista do Museu Paulista**, v .14, p.455-465. 1963.

FOUREZ, G. **A construção das ciências:** introdução à filosofia e à ética das ciências. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

FUNARI, P. P. A . **Arqueologia.** São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios)

FURUYA, Y. **Negotiating tradition and Moderntity in Amazonian Poterry.** FIEALC XI Congress, National Of Ethnology & Osaka University, Osaka, Japan. 2003.

GOELDI, Emílio. Boletim o Museu Paraense de História Natural e Ethnographia. In.: **Novo Regulamento**. Belém: Typographia de Alfredo Silva e Cia, 1896. p.22-27.

GOMES, D.M.C. **Cerâmica Arqueológica da Amazônia**: Vasilhas da Coleção Tapajônica MAE/USP. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2002:

GONÇALVES, J. R. S. Os museus e a cidade. In: ABREU, R. ; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.21-30.

\_\_\_\_\_. **Museus, Museólogos e a Representação do Brasil**. JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFRJ. Rio de Janeiro, jun. 1995.

\_\_\_\_\_. O patrimônio como categoria de pensamento. In.: ABREU, R; CHAGAS, M. (Org). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

\_\_\_\_\_. **O templo e o fórum**: reflexões sobre museus, antropologia e cultura. In: A invenção do patrimônio. IPHAN. Rio de Janeiro, 1995. p.55-66.

GUAPINDAIA, V. L. C. **O acervo arqueológico**. Museu Paraense Emílio Goeldi. 2003. Manuscrito.

\_\_\_\_\_. **Fontes históricas e Arqueológicas sobre o Tapajó**: a coleção “Frederico Barata do Museu Paraense Emílio Goeldi. 1993. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

HERNANDO, M.C. **Teoria e Técnica do Jornalismo científico**. São Paulo: Departamento de Jornalismo USP, ECA, 1970.

HOBBSAWN, E. ; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

LADISLAU NETTO. Investigações sobre a Archeologia Brasileira. I *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. v .6. 1885. Consagrado à Exposição Anthropologica Brasileira, realizada no Museu Nacional a 29 de julho de 1882.

LOPES, M. M. **As Ciências Naturais e os Museus no Brasil do século XI**. 1993. f.1-18. Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo.1993.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-Chave da análise do discurso**. Tradução Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Bolo Horizonte, Editora UFMG, 2000.

MASSARANI, L. ; MOREIRA, I.C. Aspectos Históricos da divulgação científica no Brasil. In: BRITO, F. ; MASSARANI, L ; MOREIRA, I.C. (Org.). **Ciência e Público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2002, p.43-64.

MEGGERS, Betty J.; CLIFFORD, Evans. **Uma interpretação das culturas da Ilha de Marajó**. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 1954. (Série Provisória: Museu Goeldi, n.7)

MELLO, P. J. C. **Arqueologia e Gestão do Patrimônio**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>>. Acesso em 9 jul. 2005.

MENEZES, U.T.B. **O documento e o universo da percepção**: reflexões sobre as abordagens integradas no campo da história. Conferência proferida durante o Congresso Integrar. São Paulo, 18 mar. 2002.

\_\_\_\_\_. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.20, p.33-36, 1984.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **O que o brasileiro pensa da Ciência e da Tecnologia?** (A Imagem da Ciência e da Tecnologia junto à População Brasileira). Instituto Gallup de Opinião Pública. Rio de Janeiro: MAST, 1987.

MORA, A . M. S. **A divulgação da ciência como Literatura**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2003.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Arte da terra**: resgate da cultura material e iconográfica do Pará. Belém:SEBRAE, 1999.

NEVES, E. Duas Interpretações para explicar a ocupação humana na Amazônia, In: TENÓRIO, M. C. (Org). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000b.

\_\_\_\_\_. O Velho e o Novo na Arqueologia Amazônica. **Revista USP**, Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira I, 44. São Paulo, 1999 – 2000a.

NORA, P.. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10. p.7-28, dez.1993.

OLIVEIRA, F. **Jornalismo Científico**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, L. L. **O Brasil dos Imigrantes**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. (Coleção Descobrimdo o Brasil).

PENNA, D. S. F. Apontamentos sobre os ceramios do Pará. In.: **Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. p. 47-66. v.2. Rio de Janeiro, 1879.

\_\_\_\_\_. Índios de Marajó. In.: **Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. v.6. Consagrado à Exposição Anthropologica Brasileira, realizada no Museu Nacional a 29 de julho de 1882. Rio de Janeiro. 1885.

PEREIRA, Edithe. **Arte Rupestre na Amazônia**: Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. São Paulo: Unesp, 2003.

OLIVEIRA, R. Cardoso. Um conceito antropológico de identidade. In.: **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

POMIAN, K. Coleção In: **ENCICLOPÉDIA EINAUDI**. v . 1. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p.51-86.

PROUS, A. Arqueologia, Pré-História e História. In.: TENÓRIO, M. C. (Org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

RELATÓRIO DA RESERVA TÉCNICA MÁRIO FERREIRA SIMÕES: Período: 1997 a 2002. Belém.

RENFREW, C.; BAHN, P. Introducción: la naturaleza y los propósitos de la Arqueología. In.: COLIN, C.; BAHN, P. (Ed.). **Arqueología, Teorias, Métodos Y Práctica**. Madrid: Akal, p. 425-455, p. 425-455.

\_\_\_\_\_. Por qué cambiaron las cosas? La explicación em Arqueología. In: COLIN, C.; BAHN, P. (Eds.) **Arqueología** . Teorias, Métodos y Práctica. Madrid: Akal, p.9-15..

RIBEIRO, Adélia Maria M. **Heloisa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcelos**: entrelaçamento de círculos e formação das Ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, B. G. Museu e Memória. reflexões sobre colecionamento. **Ciências em Museus**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.v.1, n.2, p. 109-122, out. 1989.

RIBEIRO, B. G; RIBEIRO, VELTHEM, L. Coleções Etnográficas. Documentos materiais para a história indígena e a etnologia .In: CUNHA, M.C. (Org.). **Historia dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RODRIGUES, A. O. Artesania e identidade regional. In.: **Arte da terra: resgate da cultura material e iconográfica do Pará**. Belém: Edição SEBRAE, 1999.

ROOSEVELT, A . C. Arqueologia Amazônica. In.: CUNHA, M. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SANJAD, N. R. **Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão Pará, 1796-1873**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geociências)- Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

SANTOS, A. C. Memória, história e patrimônio cultural: notas para um debate. História: questões e debates. **Revista da Associação Paranaense de História**. Curitiba. v.9, n.17, p.242-250. 1988.

SANTOS, M. C. T. M. **Repensando a ação cultural e educativa dos Museus**. Salvador: UFBA, Centro Editorial e Didático, 1990.

SANTOS, M. S. Museu Imperial: a construção do Império pela República In: ABREU, .R; CHAGAS, M. (Org). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. Objetos, Memória e História: observação e análise de um museu histórico brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v.35, n.2, p.217-237, 1992.

SOUZA, M. P. **Mãos da arte e o saber-fazer dos artesãos de Icoaraci: um estudo antropológico sobre socialidade, identidades e identificações locais**. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2002.

SCHAAN, D. P. **Cerâmicas para festas, ritos e funerais: o simbolismo da arte marajoara**. Texto publicado no catálogo da Exposição Brasil em France, Grand Palais, Paris. 2005.

\_\_\_\_\_. Os dados inéditos do Projeto Marajó (1962-1965). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** , São Paulo, v.11, p.141-164. 2001.

\_\_\_\_\_. Estatuetas antropomorfas marajoara: o simbolismo de identidades e gênero em uma sociedade complexa amazônica. In: BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Belém, 2001. v.17 , n.2. p.437-477.

\_\_\_\_\_. Evidências para a permanência da cultura marajoara a época do contato europeu. **Revista de Arqueologia**, v 12-13, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Linguagem Iconográfica da Cerâmica Marajoara**: um estudo da arte pré-histórica na Ilha de Marajó (400-1300 AD). Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

\_\_\_\_\_. Manejo ecológico e o desenvolvimento de sociedades complexas na Ilha de Marajó, Brasil. SIMPÓSIO PUEBLOS Y PAISAJES ANTIGUOS EM LA SELVA TROPICAL AMAZÔNICA. **Memórias...**

\_\_\_\_\_. **A Representação Humana na Arte Marajoara**. Texto escrito para a exposição Marajó: Retratos de Barro, Museu de Arte de Belém, 1999.

SCHAER, R. **L'invention des Musées**. Paris: Gallimard, 1993.

SCHMITZ, P. I. Arqueologia no Brasil. In.: **Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás**. Goiânia, v.1, n.1, 2003.

SCHWARCZ, L. K. M. Os museus etnográficos Brasileiros Polvo é povo, molusco também é gente. In.: **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. O nascimento dos museus brasileiros. In.: MICELI, S. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: VERTICE, 1989.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SIMÕES, M. F. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). **Acta Amazônia**. Manaus, v.11, n.1, p. 149-165.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de pesquisas arqueológicas na Bacia Amazônica. **Acta Amazônia**. Manaus, v.7, n.3, p. 297-300.

\_\_\_\_\_. Resultados preliminares de uma prospecção arqueológica na região dos rios Goiapi e Câmara (Ilha de Marajó). In.: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA. **Atas**.

STALLYBRASS, P. **O Casaco de Marx- roupas, memória, dor**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

STUDART, D. C. Conceitos que transformam o museu, suas ações e relações. In.: **MUSAS**: Revista de Museus e Museologia. Instituto Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.41-48.

TRIGUEIROS, F. S. **Museu e Educação**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1958.

VELHO, G. Memória, Identidade e Projeto – uma visão antropológica. **Revista TB**, Rio de Janeiro, v.95, p.119-126. 1988.

VELTHEM, L. H. **O Belo é a fera**. A estética da produção e da predação entre os Wayana. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, Ed. Assírio & Alvim, 2003.

ZAMBONI, L. M. C. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica**: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas: Autores Associados. 2001.